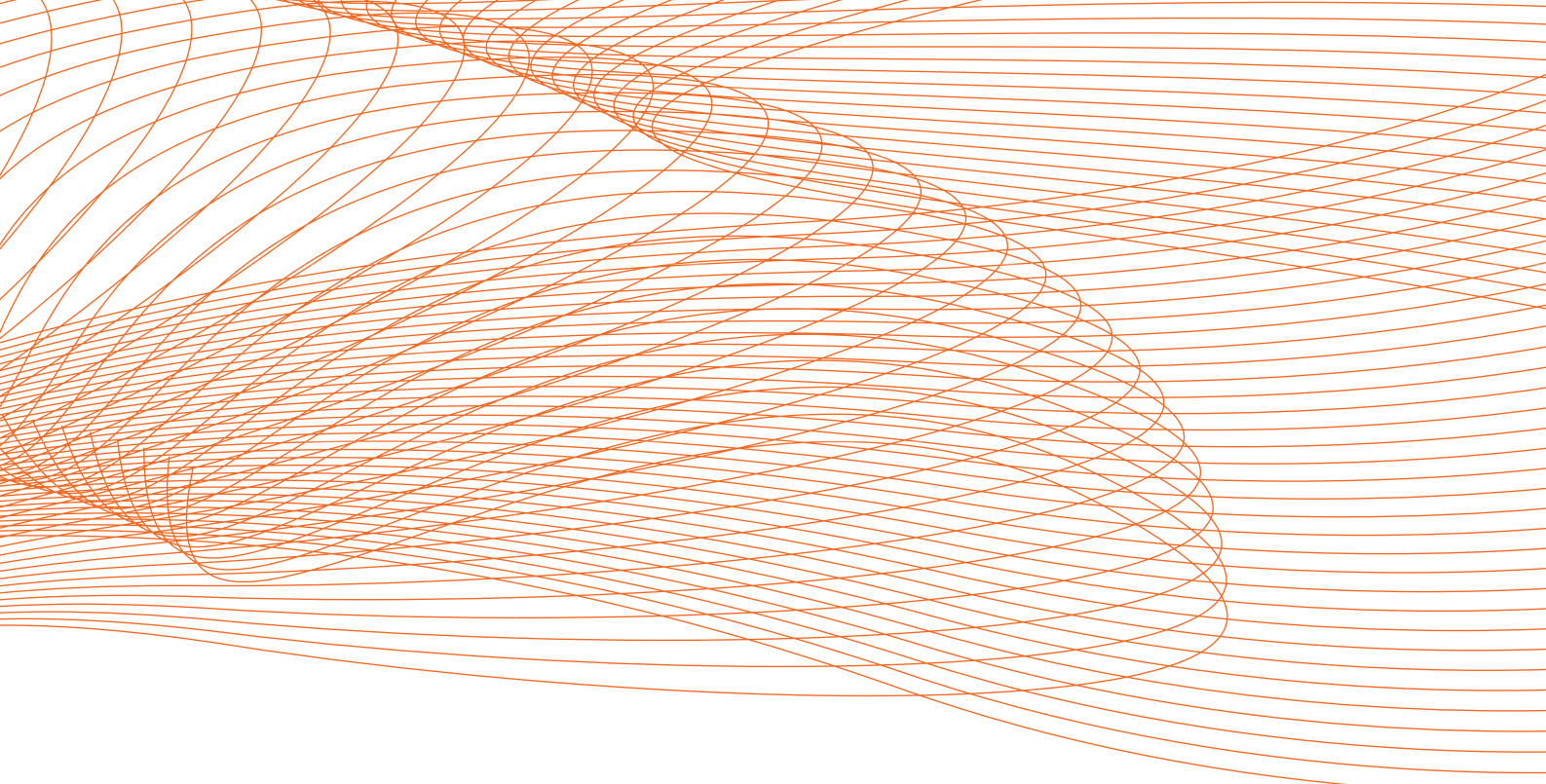




Relatório de atividades do
INSTITUTO DE SAÚDE
2013 -2017

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo



**Relatório de atividades do
Instituto de Saúde
2013 -2017**

Secretaria de Estado da Saúde

Instituto de Saúde

Rua Santo Antonio, 590 – Bela Vista
São Paulo-SP – CEP: 01314-000
Tel.: (11) 3116-8500
Fax: (11) 3116-8523
www.isaude.sp.gov.br

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

Secretário de Estado da Saúde de São Paulo
Marco Antonio Zago

Instituto de Saúde

Diretora do Instituto de Saúde
Luiza Sterman Heimann

Vice-diretora do Instituto de Saúde
Sônia I. Venancio

Diretora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para o SUS-SP
Sílvia Regina Dias Médici Saldiva

Diretora do Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS/SP
Tereza Setsuko Toma

Diretor do Centro de Apoio Técnico-Científico
Márcio Derbli

Diretora do Centro de Gerenciamento Administrativo
Bianca de Mattos Santos

Núcleo de Comunicação Técnico-Científica
Camila Garcia Tosetti Pejão

Relatório de atividades do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo/2013-2017

Texto e revisão: Samuel Antenor

Créditos das imagens: Nelson Brandão (mosaico), Araquém Alcântara (pág. 22), Imprensa Oficial do Estado S/A (págs. 24 e 34).
Demais imagens, Acervo IS.

Editoração, Impressão e Acabamento: Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP

Conselho Editorial

Alberto Pellegrini Filho – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Alexandre Kalache – The New York Academy of Medicine – Nova York – EUA
Camila Garcia Tosetti Pejão – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Carlos Tato Cortizo – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Ernesto Báscolo – Instituto de la Salud Juan Lazarte – Universidad Nacional de Rosario – Rosario – Argentina
Fernando Szklo – Instituto Ciência Hoje (ICH) – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Francisco de Assis Accurcio – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte-MG – Brasil
Ingo Sarlet – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – Porto Alegre-RS – Brasil
José da Rocha Carvalheiro – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Luiza S. Heimann – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Márcio Derbli – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Marco Meneguzzo – Università di Roma Tor Vergata – Roma – Itália
Maria Lúcia Magalhães Bosi – Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza-CE – Brasil
Maria Thereza Bonilha Dubugras – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Nelson Rodrigues dos Santos – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo-SP – Brasil
Raul Borges Guimarães – Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente-SP – Brasil
Samuel Antenor – Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – Unicamp – Campinas-SP – Brasil
Sílvia Regina Dias Médici Saldiva – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Sônia I. Venancio – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil
Tereza Setsuko Toma – Instituto de Saúde (IS) – São Paulo-SP – Brasil

**Relatório de atividades do
Instituto de Saúde
2013 -2017**

**São Paulo
2018**





Sumário

INSTITUCIONAL 9

Apresentação.....	9
Quem somos.....	11
Missão, objetivos e valores.....	12
Estrutura organizacional.....	13

PESQUISA 17

A pesquisa e a produção científica do Instituto de Saúde.....	17
Conhecimentos sobre as políticas, programas e serviços do SUS a partir de diferentes métodos avaliativos.....	20
Aplicação de conhecimentos na implementação de políticas e programas do SUS.....	28
Produção de conhecimentos para sensibilizar gestores, trabalhadores e a sociedade para o enfrentamento de problemas de saúde que exigem novas respostas do SUS.....	30
O Programa de Pesquisa para o SUS em São Paulo (PPSUS-SP).....	35
Inovação em Saúde.....	39
Políticas de Saúde Informadas por Evidências (PIE).....	40
Avaliação de Tecnologias de Saúde (ATS).....	42

FORMAÇÃO 45

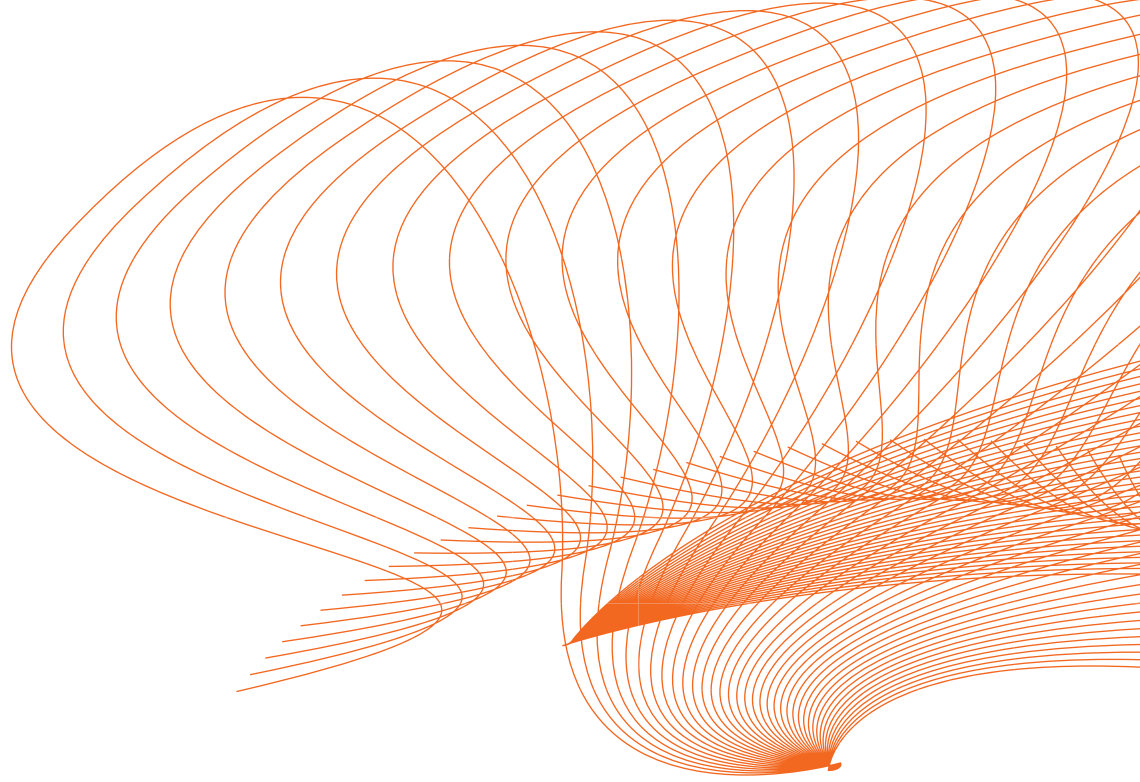
Formação de recursos humanos para o SUS.....	45
Programa de Mestrado Profissional.....	46
Programa de Especialização em Saúde Coletiva/Aprimoramento Profissional.....	47
Programa de Aperfeiçoamento Profissional para o SUS - CurSUS.....	49
Programa de Formação para a Investigação Científica.....	51
Programa de Estágios.....	51

DIFUSÃO 53

Difusão Técnico-Científica e Linha Editorial.....	53
Publicações.....	55
Biblioteca.....	56

GOVERNANÇA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 57

Força de trabalho.....	57
Gerenciamento e atividades administrativas.....	58
Execução orçamentária e financeira.....	59
Estrutura tecnológica.....	60
Um Olhar para o Futuro.....	61





INSTITUCIONAL

Apresentação

Ao completar 50 anos, o Instituto de Saúde (IS), por meio deste relatório plurianual, lança um olhar sobre sua atuação recente – envolvendo o período de 2013 a 2017 – ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão, tendo no horizonte o desafio de seguir produzindo conhecimento científico e tecnológico no campo da Saúde Coletiva e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Ao longo dessa trajetória, é inevitável ressaltar o marco representado pela Constituição de 1988, que trouxe várias conquistas para o país, envolvendo o reconhecimento de direitos aos cidadãos e a reafirmação do papel do Estado como gerador e garantidor de políticas públicas estruturantes da sociedade contemporânea, dentre as quais destaca-se a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, 30 anos depois, a área da saúde, em meio à sua complexidade, segue como um dos maiores desafios da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o investimento público para o aprimoramento das condições de vida da população, um dos temas mais controversos no orçamento federal, passa atualmente por ajustes nos quais a saúde sofre com a escassez de recursos e embates políticos que, muitas vezes, alijam a população de discutir um de seus bens mais valiosos. A equação envolve ainda estados e municípios, atingindo em cheio os serviços públicos de saúde, em todos os níveis.

Se, por um lado, a complexidade do sistema revela dificuldades na promoção, na prevenção e no tratamento, por outro configura-se em objeto de superação, para o qual as pesquisas e a formação de recursos humanos, sobretudo aquelas realizadas em instituições públicas, demonstram ser de vital importância. Afinal, é com base em ambas ações que gestores públicos se apoiam para implementar políticas consistentes, que levem ao aprimoramento do sistema, em todas as suas vertentes.

Nesse sentido, o Instituto de Saúde, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), configurou-se, ao longo dos anos, como uma das instituições que tem contribuído para o aprimoramento do SUS no estado de São Paulo.

De suas pesquisas decorrem colaborações aos gestores públicos para atingir números importantes, que vão desde a redução da mortalidade infantil e a universalização de acesso à atenção básica, passando por fornecimento de medicamentos e acesso a serviços médico-hospitalares, até programas de sucesso, como o de combate à Aids.

Nessa trajetória, somam-se ainda dados que ajudaram para o aprimoramento da gestão pública da saúde, incluindo a melhoria de sistemas, a absorção de tecnologias de alto custo e a criação de condições para a integralidade ao acesso à saúde em São Paulo.

Em todas essas frentes, em diferentes medidas, a participação do IS gerou diferenciais, tornando possível melhorar o sistema público de saúde com base em subsídios capazes de dar ao SUS sustentação política e institucional, condições necessárias para garantir a inclusão e a manutenção do direito universal à saúde no estado de São Paulo.

Contribuições para a sociedade

10

O Instituto de Saúde, desde a sua criação, cumpre um importante papel na resolução de problemas identificados pela SES-SP, mas sempre se transformando, em decorrência das mudanças no sistema de saúde, especialmente após a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contribuímos para a formulação de programas, políticas e projetos visando ao enfrentamento de diversos problemas como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), Aleitamento Materno, Atenção Integral à Saúde da Mulher, Saúde do Trabalhador, Saúde Bucal e Saúde do Idoso, entre outros. Com a implantação do SUS, questões relacionadas aos sistemas, serviços e cuidados em saúde, tais como descentralização, municipalização, regionalização, financiamento, monitoramento/avaliação, atenção básica e linhas de cuidado foram incorporados à agenda de pesquisa do Instituto de Saúde.

Os projetos desenvolvidos nos últimos cinco anos refletem o envolvimento do Instituto de Saúde em temas hoje considerados prioritários, como os relacionados às condições de vida, raça/etnia/gênero, primeira infância, saúde sexual e reprodutiva, assistência farmacêutica e saúde mental. Características importantes dos projetos desenvolvidos são a utilização de triangulação de abordagens metodológicas quanti e qualitativa e métodos participativos de pesquisa, buscando o compartilhamento e tradução do conhecimento produzido.

Vale ressaltar que, para além da produção do conhecimento, o IS tem apoiado a SES-SP na gestão do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), por meio da coordenação de oficinas para definição de prioridades de pesquisa no estado de São Paulo e seminários de acompanhamento e avaliação

dos projetos financiados, juntamente com o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit)/Ministério da Saúde (MS) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Institucionalmente, o papel do IS tem sido o de aproximação de gestores, pesquisadores, profissionais de saúde e representantes da sociedade civil para propiciar a incorporação dos resultados das pesquisas no âmbito do SUS-SP.

Outra área de atuação de extrema relevância é a de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) e Políticas Informadas por Evidências (PIE), que busca, por meio de metodologias próprias, oferecer apoio aos gestores sobre a incorporação/desincorporação de tecnologias e implementação de políticas com base na melhor evidência científica disponível.

Entendemos também que o Instituto de Saúde tem desempenhado um importante papel na formação de trabalhadores de saúde, por meio do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, do Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva, certificado a partir de 2018 como Programa de Especialização em Saúde Coletiva, além de cursos de aperfeiçoamento (CurSUS), do Programa de Formação para a Investigação Científica e do Programa de Estágios.

Todas essas atividades têm possibilitado desdobramentos em termos de assessorias e parcerias estabelecidas com diversas instâncias de gestão do SUS: COSEMS-SP, municípios, diferentes Coordenadorias, Departamentos Regionais de Saúde da SES-SP e diferentes setores do MS, além de várias universidades e organizações não governamentais.

Quem somos

O Instituto de Saúde foi criado em 16 de julho de 1969, por ocasião da Reforma Administrativa da SES-SP, e reestruturado pelo Decreto 55.004, em 9 de novembro de 2009. Considerando a necessidade de consolidar o conhecimento científico e tecnológico no campo da Saúde Coletiva e promover sua apropriação para o desenvolvimento de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida e de saúde da população, o IS tem as seguintes finalidades institucionais:

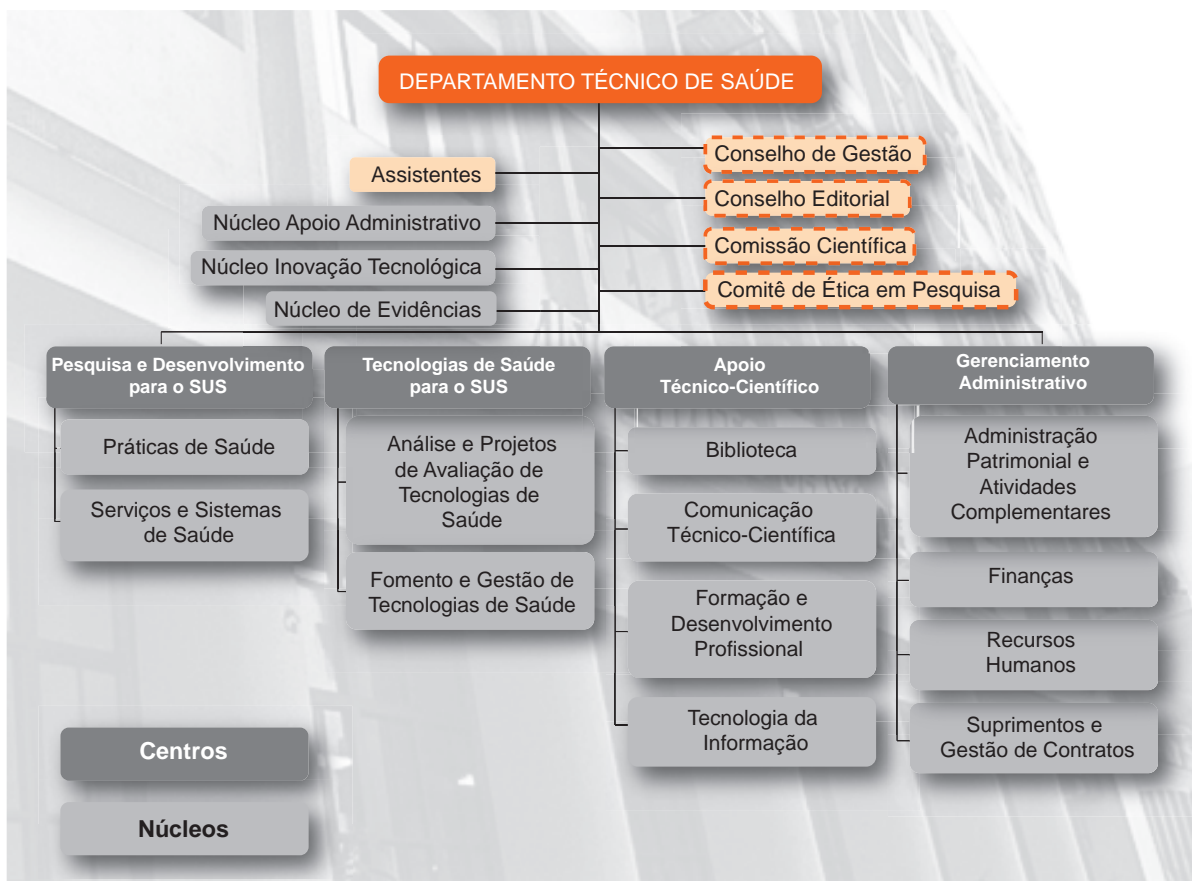
I - contribuir para a formulação, implementação e avaliação da política estadual de ciência, tecnologia e inovação em saúde;

II - estimular, promover e gerenciar estudos de avaliação de tecnologias de saúde, em uso e novas, para o Sistema Único de Saúde - SUS/SP;

III - estimular e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas em Saúde Coletiva;

IV - realizar ações de difusão do conhecimento científico-tecnológico e de avaliação de tecnologias para subsidiar a tomada de decisão em políticas, programas, práticas assistenciais e gerenciais em saúde e

V - contribuir na formação dos trabalhadores da saúde e de outros agentes, bem como promover o estabelecimento de cooperação técnica, para efetivação do SUS/SP.



Missão, objetivos e valores

A missão do Instituto de Saúde consiste em produzir conhecimento científico e tecnológico no campo da Saúde Coletiva e promover sua apropriação para o desenvolvimento de políticas públicas, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Sua produção é pautada em valores éticos, como a defesa da saúde como direito e como bem público, a excelência na produção do conhecimento científico, a tradução do conhecimento científico, o respeito à autonomia na produção e incorporação do conhecimento e na relação com os sujeitos de pesquisa, além do respeito à diversidade do ser humano e a transparência em todas as suas ações.

O IS também presta assessoria e colabora na formação de recursos humanos, em consonância com os princípios do SUS de universalidade, integralidade, equidade e participação social.

O IS tem como objetivo ser referência para o SUS:

- na produção de conhecimento técnico-científico em Saúde Coletiva;
- na avaliação de tecnologias em saúde;
- em assessoria para os diferentes níveis de gestão do sistema de saúde e outros setores do governo;
- na formação e desenvolvimento de trabalhadores para o sistema de saúde e
- na difusão de informações para a tomada de decisão.

Estrutura organizacional

Como órgão que integra o Sistema de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, o Instituto de Saúde possui corpo técnico constituído por pesquisadores com formação em diversas áreas do conhecimento e profissionais administrativos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino, assessoria e difusão. Para isso, o IS mantém uma estrutura organizacional formada por Centros e Núcleos.

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para o SUS/SP

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para o SUS/SP (CPD-SUS/SP) tem como principal objetivo a produção de conhecimento científico em Saúde Coletiva, com ênfase nas áreas de práticas de atenção à saúde e gestão de programas, serviços e sistemas.

O CPD-SUS/SP opera o planejamento estratégico do IS para a atividade de pesquisa, promove o fomento e a indução à pesquisa, de acordo com a agenda de prioridades definidas pela SES-SP, além de organizar eventos para promover o debate crítico e fortalecer as atividades de cooperação técnico-científica com pesquisadores e instituições de pesquisa.

O Centro também propõe e analisa indicadores e mecanismos institucionais para a melhoria de qualidade da produção científica do Instituto, sendo formado por dois núcleos. O Núcleo de Práticas de Saúde (NPS), que realiza pesquisas sobre os diferentes modelos de atenção em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde e sobre dimensões relacionadas ao cuidado, à promoção e à proteção da saúde, bem como sobre o acesso e condições de vida da população. E o Núcleo de Serviços e Sistemas de Saúde (NSSS), que realiza estudos nas áreas de políticas públicas de saúde, das funções de provisão, regulação e financiamento dos sistemas, e modelos de gestão de serviços e de sistemas de saúde.

Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS/SP

As atribuições do Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS/SP consistem na realização da avaliação de tecnologias de saúde em uso e a serem incorporadas pelo Sistema Único de Saúde em São Paulo, na proposição de parcerias e cooperação técnica para o desenvolvimento da avaliação de tecnologias de saúde, com as diferentes instâncias dos sistemas pertinentes, e na difusão do conhecimento produzido, promovendo o fomento e a indução da avaliação de tecnologias de saúde para o SUS/SP, de acordo com a agenda de prioridades definidas pela SES-SP.

Por meio do Núcleo de Análise e Projetos de Avaliação de Tecnologias de Saúde (NAPATS), cabe ao Centro produzir e elaborar informação necessária para apoiar a tomada de decisão sobre a introdução, difusão e utilização das tecnologias e informes de avaliação. E, por meio do Núcleo de Fomento e Gestão de Tecnologias de Saúde (NFGTS), identificar e priorizar tecnologias que necessitem de avaliação, elaborar editais, selecionar propostas e manifestar-se conclusivamente a respeito de financiamentos, de acordo com a agenda de prioridades definidas pela Secretaria, o que vem sendo feito por meio do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS-SP).

Centro de Apoio Técnico-Científico

O Centro de Apoio Técnico Científico (CATC) presta apoio às ações de pesquisa, ensino e difusão realizadas pelo Instituto, em suas diferentes áreas. O Centro é constituído pela Biblioteca e por três Núcleos, responsáveis pela Comunicação, pela Tecnologia da Informação e pela Formação profissional.

Entre as ações de educação, o CATC, por meio do Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional, coordena os programas de Aprimoramento Profissional (que em 2017 passou a ser de Especialização em Saúde Coletiva) e de Estágios. Além disso, coordena e organiza o CurSUS, um programa de cursos de curta duração que visam ao aperfeiçoamento dos profissionais da rede de atenção à saúde, abordando diversos temas da Saúde Coletiva, envolvendo, para isso, pesquisadores do IS e convidados.

Voltado para profissionais do SUS-SP, o Programa de Mestrado Profissional foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2010 e disponibiliza, atualmente, 16 vagas. São diferenciais do Programa o envolvimento dos gestores na proposição dos temas dos projetos, visando à posterior incorporação de seus resultados, e a proposta de acompanhamento dos alunos egressos.

O Programa de Especialização em Saúde Coletiva, com duração de um ano, oferece 20 vagas para profissionais de diversas áreas, com o objetivo de aproximá-los da Saúde Coletiva e prepará-los para a inserção no SUS. O programa oferece módulos com disciplinas e formação em serviço. A parte prática do programa é feita em parceria com municípios paulistas, tendo sido realizada nos últimos anos em Embu das Artes, Santos e Franco da Rocha. O Núcleo coordena também o programa de estágios no IS, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

No que se refere à difusão, o CATC desenvolve diversas atividades por meio de seu Núcleo de Comunicação Técnico-Científica e da Biblioteca, como a organização de eventos técnico-científicos, exposições e coordenação de publicações institucionais: uma revista técnico-científica (Boletim do Instituto de Saúde - BIS) e uma série de livros (Temas em Saúde Coletiva). Ao seu Núcleo de Tecnologia da Informação cabe o desenvolvimento de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa, à difusão e à gestão do IS, bem como a manutenção do parque tecnológico da instituição.

Centro de Gerenciamento Administrativo

O Centro de Gerenciamento Administrativo (CGA) é responsável por realizar e gerenciar a interface entre os núcleos administrativos da instituição no que se refere à gestão de pessoas, às compras, aos contratos, às finanças, ao patrimônio e às atividades complementares. Por meio dos Núcleos de Recursos Humanos (NRH), de Finanças (NF), de Suprimentos e Gestão de Contratos (NSGC) e do Núcleo de Administração Patrimonial e Atividades Complementares (NAPAC) são realizadas as atividades para o cumprimento das atribuições desse Centro.

A atuação do CGA será descrita mais detalhadamente neste relatório, no item Governança, Gestão e Desenvolvimento.

Direção do Instituto de Saúde

A Diretoria do Instituto de Saúde faz a gestão da Instituição, de forma participativa, em conjunto com diversos colegiados, buscando o desenvolvimento das atividades de pesquisa, formação e assessoria.

Com base nesse princípio, a Diretoria tem realizado diversas ações para melhorar a infraestrutura do Instituto de Saúde a fim de promover as condições de trabalho na instituição e fortalecer a articulação do órgão com as demais instâncias da SES-SP, municípios e outras instituições de pesquisa e ensino, visando o alcance da missão institucional.

Também fazem parte da estrutura da Diretoria os Conselhos, Comissões e Comitês do Instituto de Saúde. Ao longo dos últimos anos, consolidaram-se no IS órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo, a saber:

- Conselho de Gestão – tem caráter deliberativo e permanente. Acompanha os serviços prestados pelo IS, sugerindo prioridades e metas de ação que orientem a elaboração do planejamento anual, a execução das prioridades, a avaliação e a aprovação da proposta orçamentária, entre outras atribuições. O Conselho se reúne mensalmente e é formado por diretores de Centros e Núcleos que compõem a estrutura organizacional e representantes das comissões, além dos presidentes de comissões e comitês.
- Comitê de Ética em Pesquisa (CEPIS) - tem caráter multiprofissional e interdisciplinar, contando com nove membros efetivos e quatro suplentes, sendo sete efetivos e dois suplentes representantes do IS. Dentre os quatro membros externos, dois são representantes da sociedade civil. As reuniões são realizadas mensalmente para apreciação de projetos de pesquisa encaminhados pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).
- Comissão Científica – assessora a direção do IS na formulação, acompanhamento e avaliação da política científica da instituição e é formada pelos líderes e vice-líderes dos grupos de pesquisa certificados junto ao Diretório do CNPq e diretoria do CPD/SUS como secretaria-executiva.
- Conselho Editorial Executivo – reformulado em 2012, o Conselho Editorial Executivo (CEE) tem como principal atribuição acompanhar a implementação da política editorial do IS. É composto por doze membros, sendo quatro com mandatos permanentes e oito com mandatos de dois anos. Os membros do CEE também participam do Conselho Editorial do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), em conjunto com membros externos à instituição. Em reuniões bimestrais, o CEE avalia propostas de publicações e vídeos e discute a condução da política editorial do IS.
- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) - o Decreto nº 56.569 de 2010 instituiu os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) em todos os Institutos de Pesquisa do Estado e foi seguido da Portaria IS nº 01 de março de 2014, que somou à estrutura organizacional do Instituto de Saúde o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT-IS), com a finalidade de fomentar o fortalecimento de uma cultura de inovação na instituição.
- Núcleo de Evidências (NEv): desde 2014, o Instituto de Saúde colabora com a Rede EVIPNet-Brasil, por meio do seu Núcleo de Evidências (NEv-IS), formalmente estabelecido pela Portaria IS - 3, de 9-6-2015.

Colegiados e comissões externas

O Instituto de Saúde, por meio de seu quadro técnico, também participa dos seguintes colegiados e comissões externas:

- Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da SES-SP;
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Estado de São Paulo;
- Comitês de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD/SES-SP) e
- Comissão de Comunicação e Informação do Conselho Estadual de Saúde.



PESQUISA

A pesquisa e a produção científica do Instituto de Saúde

Ao longo dos anos, as pesquisas produzidas no Instituto de Saúde foram sendo estruturadas em grupos e linhas, de acordo com suas especificidades e potencialidades de aplicação. Nos últimos anos, seis grandes grupos foram estabelecidos, a fim de que o suporte institucional aos pesquisadores pudesse ser um diferencial, com parâmetros que possam nortear os temas e subtemas dos diversos estudos. Atualmente, são os seguintes os grupos e suas respectivas linhas de pesquisa:

Grupos	Linhas
Serviços e Sistemas de Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Políticas públicas e sistemas de saúde• Desenvolvimento, espaço e saúde
Saúde da População Negra e Indígena	<ul style="list-style-type: none">• Raça/Etnia, Gênero e Saúde
Políticas e Práticas de Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Atenção à saúde e linhas de cuidado• Envelhecimento• Humanização em saúde• Nutrição e aleitamento materno• Saúde sexual e reprodutiva

Grupos	Linhas
Condições de Vida e Situação de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de vida e vulnerabilidade • Integralidade, equidade e acesso em saúde • Método de amostragem e inquéritos epidemiológicos
Processo Educativo em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Processos educativos em saúde
Gestão e Avaliação de Tecnologias de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência farmacêutica • Avaliação de produtos, serviços e tecnologia de processo • Inovação e fomento em tecnologias de saúde • Políticas de saúde informadas por evidências

Esses grupos compõem o espectro das investigações no período abrangido por este relatório, realizadas e em curso, inserindo-se nas áreas de serviços e sistemas de saúde; políticas e práticas de saúde; condições de vida e diferentes situações de saúde; processos educativos e em temas específicos, como saúde da população negra e indígena, e, mais recentemente, na gestão e avaliação de tecnologias voltadas para o aprimoramento da saúde.

A importância dos grupos confirma-se nos subtemas trabalhados nas diferentes linhas de pesquisa, e na riqueza dos resultados obtidos por meio de diferentes metodologias e critérios de investigação, de acordo com as necessidades e desafios de saúde que se apresentam ao longo do tempo, sempre com o objetivo de produzir informações para subsidiar a gestão do SUS.

18

Comissão Científica

A Comissão Científica tem como principal atribuição assessorar a direção do IS quanto à política científica da instituição e avaliar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa da instituição.



Produção	2013-2017
Apresentação de trabalhos em congressos nacionais	207
Conferências internacionais	49
Material didático	13
Organização de eventos	47
Artigos científicos	163
Capítulos de livros	53



Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde (CEPIS)

O CEPIS tem por finalidade conduzir a revisão ética das pesquisas realizadas com seres humanos, especialmente na área de Saúde Coletiva. Em consonância com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e as normativas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), avalia os projetos desenvolvidos pelos pesquisadores do Instituto de Saúde e de outras instituições.

No período abrangido pelo relatório, considerando os diferentes grupos e linhas, destacam-se algumas pesquisas. Contudo, essa produção não representa a totalidade das pesquisas desenvolvidas no IS, mas os projetos relevantes destacados pelos pesquisadores dos Núcleos, que dão materialidade à missão institucional.

Conhecimentos sobre as políticas, programas e serviços do SUS a partir de diferentes métodos avaliativos

Os projetos destacados a seguir reforçam o caráter de contribuição das pesquisas realizadas no Instituto de Saúde para o aprimoramento de programas e serviços e para o aprimoramento de políticas públicas de saúde no estado de São Paulo:

Práticas contraceptivas na cidade de São Paulo: prevalência, necessidades não atendidas e atuação do SUS

Estudo com quatro mil paulistanas aponta para a necessidade de repensar as atividades de planejamento familiar no SUS

Várias iniciativas para facilitar o acesso das mulheres a métodos contraceptivos foram implementadas no Brasil nas últimas duas décadas: inclusão da pílula no Programa Farmácia Popular do Brasil, Resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sobre a obrigatoriedade da cobertura de procedimentos para inserção de dispositivo intrauterino (DIU), realização de laqueadura e vasectomia. O Ministério da Saúde tem mantido o envio desses insumos aos municípios e, em São Paulo, esse envio tem sido reforçado por aquisições feitas pela Secretaria de Estado da Saúde.



Há muitos anos não há dados sobre a contracepção no município de São Paulo. Por isso, durante a pesquisa, foi realizado um inquérito de base populacional no município de São Paulo. A população do estudo foi representada por quatro mil mulheres com idade entre 15 e 44 anos, distribuídas em diferentes regiões.

A prevalência da anticoncepção encontrada no município de São Paulo foi de 84,6%, entre as mulheres que tiveram relação heterossexual nos últimos 12 meses, com predomínio do uso da pílula (26,4%), seguida

pelo preservativo masculino (18,6%). A prevalência da esterilização feminina (laqueadura) foi de 8,1% e de vasectomia 6,2%. No total das mulheres sexualmente ativas de 15 a 44 anos, cerca de 50% já havia usado pelo menos uma vez a contracepção de emergência, basicamente comprada em farmácias comerciais.

O acesso à contracepção é praticamente universal. Chama atenção a proporção de mulheres com idade acima de 40 anos que tomam pílula ou utilizam injetáveis completamente contra indicados para esta faixa etária. Espera-se que o detalhamento dos obstáculos para a satisfação da demanda por um método específico venha ajudar a Secretaria Municipal de Saúde para superá-los. As informações obtidas podem subsidiar futuras planificações da atividade de planejamento familiar nos serviços, incluindo compra, estoque, dispensação e recursos humanos necessários.

Dados do Projeto

Pesquisador responsável:

Tania Di Giacomo do Lago

Equipe: Suzana Kalckmann, Maria Cecília Goi Porto Alves, Mercedes Loureiro Escuder (Instituto de Saúde), Julia Olosen, Elza Salvatori Berquó – Consultora – CEBRAP e NEPO

Grupo e linha de pesquisa: Saúde da população negra e indígena – Raça/Etnia, Gênero e Saúde

Parceiros do projeto: Regina Maria Barbosa - Núcleo de Estudos em População (NEPO/ UNICAMP)

Financiadores: Instituto de Saúde, DECIT/ Ministério da Saúde/FAPESP/PPSUS

Avaliação do Impacto da Rede Amamenta Brasil

Pesquisa revela que a implementação da Rede Amamenta Brasil melhora os índices de Aleitamento Materno

O Ministério da Saúde (MS) elaborou, em 2007, uma proposta para a promoção, proteção e apoio ao Aleitamento Materno (AM) na Atenção Básica denominada Rede Amamenta Brasil (RAB), com o objetivo de aumentar os índices de Aleitamento Materno no País.

O estudo analisou Unidades Básicas de Saúde (UBS) certificadas e não certificadas dos municípios que aderiram à Rede Amamenta Brasil. A análise considerou a certificação na RAB e o grau de implantação da estratégia e, dessa forma, os indicadores de impacto puderam ser comparados entre UBS com diferentes graus de implantação da intervenção.

Ao considerar o cumprimento de critérios de certificação e a prevalência de AM foi possível evidenciar que as UBS que cumpriam os quatro critérios de certificação tiveram prevalência 1,5 vezes maior que aquelas que não cumpriam nenhum critério (44,4% versus 28,6%). Esse achado fala a favor de que, quanto maior o número de critérios de certificação cumpridos, melhor a situação do indicador referente à amamentação exclusiva.

Os resultados da pesquisa levaram à reflexão sobre a necessidade de avançar em relação aos mecanismos de implementação da Rede Amamenta Brasil, e também apontaram algumas possibilidades de aprimoramento de seus critérios de certificação.

Tendo em vista a integração da Rede Amamenta Brasil e a Estratégia Nacional de Promoção de Alimentação Complementar Saudável (ENPACS), constituindo em 2013 a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) e que a proposta de implementação da EAAB possui muita similaridade à proposta de implantação da RAB (com critérios de certificação semelhantes e existência de tutor), espera-se que esse estudo possa contribuir para o aprimoramento da EAAB rumo a melhores índices de amamentação e alimentação complementar no País.

Vale ressaltar que a parceria do Instituto de Saúde com a Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde tem gerado a formulação de projetos de pesquisa que respondem às necessidades da gestão para a implementação de políticas públicas de saúde. Esse projeto de avaliação da Rede Amamenta Brasil é um dos exemplos, cujos resultados foram aplicados diretamente pelo MS, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde, com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de implantação da EAAB.



Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Sonia Isoyama Venancio

Equipe: Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva (UFMS); Márcia Cristina Guerreiro dos Reis (SMS/Ribeirão Preto); Juliana Stefanello (USP/Ribeirão Preto); Roberto Issler (UFRGS); Elsa Regina Justo Giugliani (UFRGS); Lillian Córdova Espírito Santo (UFRGS); Maria Helena D'Aquino Benício (FSP/USP); Regina Cardoso Alves (FSP/USP); Gabriela Sintra Rios (Bolsista Instituto de Saúde). O Projeto envolveu ainda alunos de graduação e pós-graduação da UFMS e UFRGS.

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e práticas de saúde – Aleitamento Materno

Parceiros do projeto: Secretarias Municipais de Saúde de Dourados (MS), Ribeirão Preto (SP) e Porto Alegre (RS)

Financiadores: Instituto de Saúde e Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno

Mais Médicos no estado de São Paulo: avaliação das contribuições do projeto para a saúde da população e para a gestão do SUS

Pesquisa analisa as especificidades do Projeto Mais Médicos no Estado de São Paulo e seus efeitos no processo de trabalho das equipes da atenção básica

A proposta da pesquisa é avaliar o papel do Projeto Mais Médicos na organização e fortalecimento da rede de atenção básica no Estado de São Paulo, de forma a municiar os gestores municipais com informações relacionadas às mudanças no processo de trabalho das equipes das UBS.

Como estratégia, está em andamento um estudo de caso com levantamento de dados secundários dos municípios selecionados, bem como aplicação de roteiros de entrevistas aos diversos atores da saúde municipal e nas equipes de saúde.

O objetivo é verificar, antes e depois da adesão ao programa, as condições de saúde da população e de produção de consultas e outros procedimentos do escopo da atenção básica, bem como suas relações com os demais níveis de atenção.

A elaboração da pesquisa, em colaboração com o CO-SEMS-SP, proporciona amplo aprendizado sobre o processo de trabalho das equipes da atenção básica do estado de São Paulo e promove a incorporação dos resultados pelos gestores municipais.

O potencial de inovação gerado pelo projeto pode ser referenciado aos processos de gestão e organização do trabalho a partir dos resultados encontrados, e da divulgação de possíveis novas práticas de atenção à saúde criadas com a inserção do profissional na equipe.

Durante a pesquisa foi possível identificar e descrever a distribuição dos médicos participantes do Programa Mais Médicos nos municípios do Estado de São Paulo, sua permanência e nacionalidade.

Também puderam ser formulados alguns questionamentos:

- O que há de erros e acertos, de fortalecimento ou desmantelamento de práticas até então correntes, e o que se criou de novas práticas?
- O que, em termos de novas práticas ou reforço de antigas práticas de gestão, foram possíveis a partir da inserção desse profissional nas equipes?
- À luz dos resultados, o que pode ser fortalecido ou alterado na implantação do Programa?

O potencial para contribuir com as políticas públicas é derivado desses resultados.



Dados do Projeto

Pesquisador responsável:

Umberto Catarino Pessoto

Equipe: Anna Volochko, Carlos Cortizo, José Carneiro, Lauro Ibanhes, Ligia Duarte, Luiza Heimann, Marli Prado, Tereza Rosa, Marcio Derbli, Tereza Toma, Maria Dubugras, Mônica Viana, Mariana Garcia e Jucilene Rocha

Grupo e linha de pesquisa: Serviços e Sistemas de Saúde – Políticas Públicas e Sistemas de Saúde

Financiador: Instituto de Saúde e CNPq

Avaliação e acompanhamento da implantação da oferta e distribuição da contracepção de emergência nos municípios do estado de São Paulo

Pesquisa mostra avanço da política de contracepção de emergência no SUS em São Paulo e aponta entraves na área de direitos sexuais e reprodutivos

A Contracepção de Emergência, prevista na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e oferecida no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é fundamental na prevenção da gravidez e de abortos provocados, sobretudo entre adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual.

O projeto de pesquisa buscou caracterizar e observar a expansão da política de oferta da contracepção de emergência no SUS dos municípios localizados no Estado de São Paulo, incluindo verificação de fluxos, profissionais e serviços envolvidos e o público beneficiado.

Nessa perspectiva, a pesquisa buscou jogar luz sobre os avanços da política de oferta de contracepção de emergência nos municípios paulistas, considerando os anos de 2005 e 2013.

Para tanto, em 2013 foi realizado um levantamento longitudinal para a análise do avanço da política o levantamento anterior, realizado em 2005, que apontou pouca oferta da contracepção de emergência em serviços básicos de saúde, considerando que esse insumo contraceptivo tem potencial fundamental e estratégico na prevenção da gravidez e abortos provocados, inclusive entre adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual.

Ainda que tenha sido possível observar o aumento da oferta do método nos municípios do estado de São Paulo, o estudo evidenciou diversos entraves na implementação da política. Tais entraves se relacionam à formação de recursos humanos, ao desconhecimento de legislações relacionadas ao tema e a questões de ordem moral que incidem sobre ações da área de direitos sexuais e reprodutivos.

Os resultados da pesquisa permitiram qualificar as ações realizadas nos serviços, oferecendo instrumentos de esclarecimento junto aos gestores, aos profissionais de saúde e à população. Dessa forma, a pesquisa promoveu atualizações técnicas e superação de barreiras de serviços e secretarias para a atenção em saúde sexual e reprodutiva das mulheres e adolescentes atendidos no SUS do estado de São Paulo.

Foram realizadas formações de profissionais da Atenção Básica na Atenção em Saúde Sexual e Reprodutiva nos municípios de São Paulo, Osasco, Taboão da Serra, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Registro e Bertioga, bem como dos municípios pertencentes às Diretorias Regionais de Franca, Bauru e da Grande São Paulo.



Dados do Projeto

Pesquisador responsável:

Regina Figueiredo

Equipe: Silvia Helena Bastos e Danilo Martins de Siqueira

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e Práticas de Saúde – Saúde Sexual e Reprodutiva

Financiador: Instituto de Saúde

Inquérito sobre tecnologias de cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica à Saúde do estado de São Paulo

Resultados da pesquisa poderão ser usados por gestores para o replanejamento e organização das ações de Saúde Mental na rede básica nos municípios

Apesar da importância das ações de saúde mental na Atenção Básica e de seu papel estratégico na Rede de Atenção Psicossocial, sabe-se pouco sobre a organização de tais ações nos serviços de Atenção Básica, assim como sobre as práticas e intervenções voltadas para promoção, prevenção em saúde mental e para os cuidados com pessoas com sofrimento psíquico na rede básica de Saúde.

A pesquisa teve como objetivo principal mapear as intervenções

e tecnologias de cuidado utilizadas nas unidades de Atenção Básica à Saúde do estado de São Paulo para promoção e manejo em saúde mental, identificando sua natureza, seus objetivos, os critérios de escolha, suas características e formas de aplicação.

Foi realizado inquérito com coleta de dados por meio de entrevistas telefônicas, em unidades de saúde da Atenção Básica do Estado de São Paulo, e sorteada amostra aleatória estratificada simples de 1.000 unidades de saúde. Os estratos foram construídos pelo agrupamento das unidades segundo número de habitantes e existência de hospitais psiquiátricos nos municípios em que se localizam, e foram considerados domínios de estudo grupos de unidades de saúde segundo existência de profissionais de saúde mental e tipo de unidade: tradicional ou de Estratégia Saúde da Família.

Em termos de contribuição, a própria aplicação do questionário provocou discussões nas unidades participantes sobre as intervenções de Saúde Mental na Atenção Básica. Os resultados não têm aplicação direta, mas poderão contribuir para o replanejamento e organização das ações de Saúde Mental na rede básica pelos

gestores locais e estadual, após a disseminação e discussão de seus resultados.

À medida que forem feitas análises e os resultados forem sendo debatidos com os gestores e trabalhadores dos serviços, espera-se trazer à luz novas formas e tecnologias de intervenção em Saúde Mental, tanto na Atenção Básica quanto na Rede Psicossocial, bem como identificar entre as unidades participantes formas inovadoras de intervenção em Saúde Mental e de organização da Atenção Básica que facilitem/fomentem ações nesse nível de atenção, e que sejam passíveis de replicação.



Dados do Projeto

Coordenação:

Maria de Lima Salum e Morais

Equipe: Maria Cecília Goi Porto Alves, Lígia Rivero Pupo, Tereza Etsuko da Costa Rosa, Marisa Feffermann, Maria Beatriz de Miranda Matias, Marli de Fátima Prado, Arnaldo Sala e Neil Boaretti

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e Práticas de Saúde – Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Parceiro no projeto: Coordenadoria de Regiões de Saúde

Financiadores: Instituto de Saúde, FAPESP/PPSUS

Aperfeiçoamento da atenção à pessoa com doença falciforme na região metropolitana de São Paulo por meio das ferramentas SUPPORT para políticas informadas por evidências

Projeto contribui para facilitar o acesso a evidências de pesquisa e a colaboração entre pesquisadores e formuladores de políticas

O objetivo do projeto foi realizar uma síntese de evidências para políticas de saúde sobre o cuidado de adolescentes com doença falciforme. Para elaborar a Síntese, a equipe utilizou como referência a metodologia proposta pela Rede para Políticas Informadas por Evidências (EVIPNet), que se baseia em um conjunto de ferramentas que foram desenvolvidas pelo projeto SUPPORT - *SUPporting POLicy relevant Reviews and Trials*. A definição do problema prioritário resultou de reuniões realizadas com um especialista em doença falciforme e com a coordenadora da área técnica da Saúde da



População Negra da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. O foco do trabalho foi a busca de artigos publicados nas principais bases de dados de literatura científica e a análise de opções que pudessem contribuir para melhorar o cuidado a adolescentes com doença falciforme.

Constatou-se que são escassas as revisões sistemáticas sobre doença falciforme, particularmente com relação à população de adolescentes. A partir de onze revisões sistemáticas analisadas, foi possível construir três opções para políticas: 1) utilização de intervenções psicológicas para melhorar a adesão ao tratamento; 2) implantação de programa de transição da atenção pediátrica para a de adultos e 3) promoção do autocuidado em adolescentes. A síntese de evidências chama a atenção para possíveis dificuldades na implementação das opções, uma vez que pacientes com doenças genéticas, em geral, têm como referência os serviços especializados em detrimento da atenção primária. Nesse sentido, os profissionais da atenção primária precisam estar adequadamente capacitados para acolher, apoiar e orientar esses adolescentes e familiares.

Em termos potenciais, o projeto tem relação com a temática da tradução do conhecimento, uma vez que contribui para facilitar o acesso a evidências de pesquisa e colaboração entre formuladores de políticas e pesquisadores. A partir das reuniões e diálogo com a coordenadoria de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, iniciou-se a implantação da linha de cuidados às pessoas com doença falciforme, por meio da capacitação de profissionais do Programa Melhor em Casa, da Estratégia Saúde da Família, além de coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Ensino.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Tereza Setsuko Toma

Equipe: Amanda Cristiane Soares, Anna Volochko, Clarice Lopes Araújo, Domitila Furtado, Luís Eduardo Batista e Taís Rodrigues Tesser

Grupo e linha de pesquisa: Gestão e Avaliação de Tecnologias de Saúde – Políticas de Saúde Informadas por Evidências

Parceiros do projeto: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Financiador: Instituto de Saúde e Ministério da Saúde

Assistência Farmacêutica de Franco da Rocha, SP: qualidade da prescrição, dispensa de medicamentos, adesão a tratamento e ações judiciais

Pesquisa sobre prescrição e dispensa de medicamentos evidencia lacunas na Assistência Farmacêutica e propõe ações para melhorar o processo de trabalho

Em 2017, a Secretaria Municipal de Saúde de Franco da Rocha incluiu a Assistência Farmacêutica como área prioritária a ser trabalhada junto ao Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde, em razão de preocupação com as ações judiciais relacionadas a medicamentos.

A proposta inicial foi elaborar um Guia de Dispensa Farmacêutica e Judicialização em Saúde. O processo de elaboração do Guia trouxe novas preocupações, como



a qualidade da prescrição farmacológica e a dispensa de medicamentos, além de rastreamento e acompanhamento de adesão ao tratamento farmacológico.

O grupo de trabalho do IS participou das reuniões da Câmara Técnica para elaboração do Guia e visitou os principais equipamentos municipais de saúde que fazem a dispensa de medicamentos. A finalidade foi observar os fluxos e a rotina de trabalho, e colher informações de uma amostra de receitas médicas.

Na análise de receitas, foram encontrados diversos tipos de erros: de receita, de prescrição e de dispensa. A partir das observações, notou-se que não há fluxo estabelecido, e foram elaborados dois fluxos de dispensa de medicamentos. Foram evidenciadas lacunas na Assistência Farmacêutica, sobre o que algumas ações poderiam ser desenvolvidas para melhorar o processo de trabalho.

O projeto é parte de uma proposta mais abrangente, que vem sendo realizada junto ao município de Franco da Rocha desde 2014, e também colaborou para aspectos de formação. A proposta do Programa de

Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva do IS propiciou aos alunos conectar o arcabouço teórico com a experiência no município de Franco da Rocha, de modo a dar potência às ações desenvolvidas no período de aprendizagem.

O trabalho desenvolvido em parceria com o município contribuiu, ainda, para a troca de saberes e experiências entre trabalhadores de saúde e alunos aprimorandos, na lógica da tradução do conhecimento que busca diminuir as barreiras entre a produção do conhecimento científico e as práticas nos serviços de saúde.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Tereza Setsuko Toma

Equipe: José Ruben de Alcântara Bonfim, Bruna Carolina de Araújo e Roberta Crevelário de Melo

Grupo e linha de pesquisa: Gestão e Avaliação de Tecnologias de Saúde – Assistência Farmacêutica

Parceiro do projeto: Secretaria Municipal de Saúde de Franco da Rocha

Financiador: Instituto de Saúde

Educação para o SUS: avaliação de um Programa de Aprimoramento Profissional (PAP/IS) em Saúde Coletiva na perspectiva de seus egressos

Estudo revela importância do PAP/IS na formação profissional qualificada para atuar no SUS

Esta pesquisa avaliou o Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) do Instituto de Saúde a partir da percepção dos egressos dos anos 2010 a 2016, considerando sua trajetória profissional e sua inserção no mercado de trabalho, por meio de um estudo de natureza avaliativa que utilizou métodos quali-quantitativos para levantamento dos dados. A análise do material obtido foi pautada pela Análise de Conteúdo, no que se refere à dimensão qualitativa, e pela Análise de Frequência dos dados quantitativos.



A realização deste levantamento teve como principal razão a importância de avaliar o PAP pela ótica da experiência profissional dos seus egressos, especialmente no momento em que o programa vem passando por reformulações, visando sua mudança de status para Especialização, condição conquistada em 2017.

Os dados levantados por meio de questionário permitiram avaliar que a instituição tem conseguido organizar e oferecer o PAP/IS de forma alinhada à perspectiva de sua missão institucional, ou seja, voltar-se à formação de quadros capacitados para atuar no SUS a partir dos princípios fundadores do sistema.

Considerando a característica multiprofissional dos egressos, majoritariamente pertencentes à área da Saúde, os dados podem indicar que os cursos universitários não conseguem apresentar aos alunos informações suficientes sobre o SUS e também sobre o campo da Saúde Coletiva/Saúde Pública e que o PAP/IS tem contribuído para complementar esta formação.

De modo geral, destaca-se na importância atribuída pelos egressos do PAP/IS em sua formação profissional o desenvolvimento da visão crítica sobre a realidade encontrada no ambiente de trabalho e das habilidades para uso de ferramentas importantes na prática profissional. Ainda em relação à formação, os dados apontam para a necessidade da revisão dos currículos dos cursos de Graduação na área da Saúde no que se refere ao ensino dos princípios do SUS, sua lógica de organização e funcionamento. Além disso, é importante mencionar que cerca de 70% dos egressos atuavam no SUS, enquanto aproximadamente 14% desenvolviam pesquisas ligadas à saúde.

Entre os egressos que trabalham na área da Saúde, 55,05% destacou a importância da experiência do trabalho de campo para a “vivência do SUS”, “apropriação de técnicas e métodos”, “aumento da visão crítica na atuação profissional” e “consolidação do conteúdo teórico” que de alguma forma impactaram em seu desempenho profissional direta ou indiretamente.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Luiza Sterman Heimann

Equipe: Márcio Derbli e Aparecida Natália Rodrigues

Grupo e linha de pesquisa: Processos Educativos em Saúde - Processos Educativos em Saúde

Financiador: Instituto de Saúde

Aplicação de conhecimentos na implementação de políticas e programas do SUS

Projetos voltados à resolução de problemas específicos também fazem parte do escopo das pesquisas realizadas pelo Instituto de Saúde, como exemplificado a seguir:

Monitoramento de indicadores do desenvolvimento infantil em campanhas de vacinação: uma ferramenta para planejamento e avaliação de ações intersetoriais

Investimento na Primeira Infância (PI) ajuda a reduzir desigualdades e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis

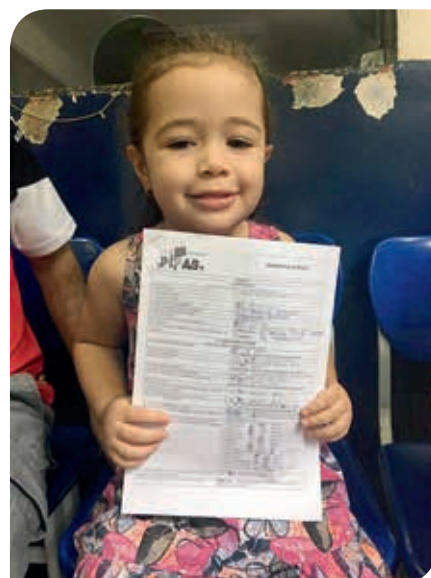
A saúde física e emocional, as habilidades sociais e capacidades cognitivo-linguísticas que emergem nos primeiros anos de vida são pré-requisitos importantes para o sucesso na escola e, mais tarde, no ambiente de trabalho e comunidade. As evidências apontam que o investimento na Primeira Infância (PI) é uma maneira de reduzir as desigualdades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. As políticas intersetoriais para a PI são incipientes no Brasil e a falta de informações pode contribuir para a ausência de planejamento e de intervenções nessa área.

O estudo buscou contribuir com a implementação de políticas intersetoriais voltadas à PI, desenvolvendo estratégia para disponibilizar informações aos gestores municipais e promover o desenvolvimento saudável e pleno de todas as crianças, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O estudo envolveu três municípios, 44 postos de vacinação, 44 supervisores de campo, 274 entrevistadores e 2.258 cuidadores de crianças de 0-59 meses.

Dentre os resultados, merecem destaque que apenas 22% das crianças receberam visita domiciliar de profissional de saúde na primeira semana de vida; em relação à educação, 22% das crianças de 0-3 anos frequentavam creches;

60% dos cuidadores referiram que as creches/escolas eram pagas e 25% dos cuidadores de crianças que não frequentavam creches/escolas relataram problemas de acesso à educação infantil; 25% das famílias eram chefiadas pelas mães das crianças e 27,4% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. O percentual de cuidadores que recebeu informações sobre o desenvolvimento infantil nos serviços de saúde e/ou educação variou de 51% a 66%.

Foram identificadas informações relevantes para a implementação de políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social voltadas à PI, além da necessidade de aprimorar estratégias voltadas à atenção à saúde de crianças menores de cinco anos e de ampliar o acesso à creche. Chamou a atenção dos pesquisadores o fato de os cuidadores não estarem sendo informados sobre o desenvolvimento de seus filhos e como eles poderiam, por meio dos cuidados e estímulos, contribuir para o Desenvolvimento Infantil.



Dados do projeto

Pesquisadora responsável:

Sonia Isoyama Venancio

Equipe: Maritsa Carla de Bortoli (IS); Sílvia Saldiva (IS); Paulo Germano de Frias (SMS Recife); Elsa Regina Justo Giugliani (UFRGS); Miriam Santos (SES-DF); Vilma Macedo (SMS Recife); Gabriela Sintra Rios; Fernanda Gonzaga; Ariane de Matos; Flávia Ponte; Ivanise Tiburcio C. Silva; Karla Eveline Ximenes França (Bolsistas).

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e práticas de saúde – Atenção integral à Primeira Infância (PI)

Parceiros do projeto: Esse projeto tem parceria com as secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social de Embu das Artes, Recife e Distrito Federal e com o Hospital da Criança de Brasília.

Financiadores: Instituto de Saúde, MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates

Anquiloglossia e aleitamento materno: evidências sobre a magnitude do problema, protocolos de avaliação, segurança e eficácia da frenotomia

Projeto exemplifica a potencialidade da área de Avaliação de Tecnologias em Saúde para apoiar a tomada de decisão dos gestores

Este estudo teve como objetivo responder a uma demanda da Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM) do Ministério da Saúde e do Comitê Nacional de Aleitamento Materno, a fim de oferecer subsídios à implementação do Teste da Linguinha no âmbito do SUS para detectar anquiloglossia, uma condição congênita que se caracteriza por um frênulo lingual anormalmente curto e espesso/delgado, que pode restringir em diferentes graus os movimentos da língua. Sua prevalência varia entre 3% a 16%, e a principal razão para esta ampla variação parece ser a falta de uma padronização ou critérios clínicos aceitos para a realização do diagnóstico.



Constatou-se que a anquiloglossia pode influenciar a prática do aleitamento materno em recém-nascidos a termo e saudáveis. Como ainda não existe um protocolo padrão-ouro para teste diagnóstico da anquiloglossia, são necessários novos estudos para validação de protocolo funcional, objetivo e de fácil aplicação para profissionais de diversas áreas da saúde que atuam nas maternidades. Também não existe um consenso na literatura acerca da eficácia da frenotomia para o tratamento da anquiloglossia em lactentes. A força de evidência é baixa/insuficiente quanto à melhoria na amamentação e redução de dor nos mamilos após frenotomia.

Com base nas evidências disponíveis, foram feitas as seguintes recomendações: identificação precoce da anquiloglossia em recém-nascidos, tendo em vista sua potencial interferência sobre a amamentação; sugestão de uso do protocolo Bristol; frenotomia poderia ser indicada nos casos de anquiloglossia grave e, nos demais casos, quando se identificar problemas de amamentação. O procedimento deveria ser realizado por médico ou dentista após consentimento informado dos pais.

Foi feito um parecer técnico-científico (PTC) cujas recomendações subsidiaram a elaboração de uma Nota Técnica pela Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde para orientar a implementação da Lei nº 4.832/12.

O potencial de inovação da pesquisa consiste na utilização da melhor evidência científica disponível para orientar a implementação de uma Lei. Já em termos de políticas públicas, esse projeto exemplifica a potencialidade da área de Avaliação de Tecnologias em Saúde para apoiar a tomada de decisão dos gestores.

Seus resultados orientaram a tomada de decisão do MS em relação à utilização do teste mais apropriado para a implementação do diagnóstico da anquiloglossia em todas as maternidades do SUS, em larga escala e à proposta de um fluxograma para seguimento das crianças nas Redes de Atenção à Saúde.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Sonia Ioyama Venancio

Equipe: Tereza Setsuko Toma, Gabriela dos Santos Buccini, Maria Tereza Cera Sanches, Clarice Lopes Araújo e Mabel Fernandes Figueiró

Grupo e linha de pesquisa: Gestão e Avaliação de Tecnologias de Saúde – Avaliação de Produtos, Serviços e Tecnologias de Processo

Parceiro do projeto: Ministério da Saúde

Financiador: Instituto de Saúde

Produção de conhecimentos para sensibilizar gestores, trabalhadores e a sociedade para o enfrentamento de problemas de saúde que exigem novas respostas do SUS

A gestão qualificada dos serviços de saúde é essencial para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, os projetos a seguir demonstram a colaboração do IS para o aprimoramento do SUS em São Paulo:

Nascidos vivos prematuros em São Paulo: uma abordagem espacial

Estudo identifica problemas da assistência ao pré-natal e indica necessidade de intensificar esforços para a melhoria da qualidade da assistência

A pesquisa buscou avaliar o efeito do ambiente urbano – físico, social, cultural – sobre o risco de prematuridade no município de São Paulo, onde a prevalência de prematuridade no período de 2000 a 2012 ficou entre 8% a 12%, variando significativamente entre os 96 distritos administrativos.

Foram utilizadas análises espaciais para identificar agrupamentos de alta e baixa prevalência de prematuros não gemelares no município de São Paulo, e com isso realizar o estudo de caso-controle. O banco de dados usado na pesquisa foi o SINASC do município de São Paulo nos anos 2012 e 2013, e todos os endereços foram georeferenciados para determinação dos agrupamentos.

Foram realizadas entrevistas com as mães dos casos e dos controles para o levantamento de dados do plano individual, assistência ao pré-natal, variáveis obstétricas e perinatais. Para as medidas de exposição da poluição, foram utilizados tubos passivos para medidas de Óxido de Nitrogênio (NO₂) e Ozônio (O₃), e amostras de cascas de árvore nos agrupamentos estudados.

Foram identificados três agrupamentos espaciais com prevalências distintas de prematuros e estatisticamente significantes em relação ao município de São Paulo no período de 2012 e 2013. Dois deles, Tremembé e Pe-



dreira, com altas prevalências, e o Jardim Ângela, com baixa prevalência. O estudo de caso-controle contribuiu para o entendimento de como os fatores do ambiente urbano e assistência ao pré-natal estão associados à prematuridade.

Entre as contribuições do projeto estão a identificação dos problemas da assistência ao pré-natal, principalmente em relação à sífilis, hipertensão arterial no risco aumentado de prematuridade, o que indica a necessidade de intensificar esforços para a melhoria da qualidade da assistência ao pré-natal e reforçar a importância do início precoce do pré-natal, trabalhando na busca ativa de gestantes com teste positivo para a gravidez, além de indicar a necessidade de um olhar mais atento às gestantes com idade inferior a 19 anos.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Silvia Regina Dias Medici Saldiva

Equipe: Ligia Vizeu Barrozo (USP), Eliana Bonilha (Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo da SMS/SP), Marcelo Antunes Failla (Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo da SMS/SP), Clea Rodrigues Leone (FMUSP), Regiani Carvalho Oliveira (FMUSP), Regina Bernal (FMUSP), Marli de Fatima Prado (IS) e Paulo Hilário Nascimento Saldiva (IEA/USP)

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e Práticas de Saúde – Atenção à Saúde e Linhas de Cuidado

Financiadores: Instituto de Saúde e CNPq

Influência dos Fatores nutricionais e poluentes atmosféricos urbanos na saúde pulmonar de crianças: um estudo de coorte em gestantes da zona oeste do município de São Paulo

Pesquisa busca avaliar o papel da dieta e a exposição aos poluentes atmosféricos durante a gestação, alterações no seu desenvolvimento e ocorrência de doenças respiratórias em crianças



A pesquisa buscou avaliar o papel da dieta e a exposição aos poluentes atmosféricos durante a gestação e alterações no seu desenvolvimento e na ocorrência de doenças respiratórias em crianças.

Uma das maneiras mais eficientes para aumentar o conhecimento sobre os efeitos da dieta e da poluição sobre reprodução e gestação seria a realização de estudos de coorte. Nesta pesquisa foi desenvolvida uma coorte com gestantes residentes na região do Distrito de Saúde Escola do Butantã, na cidade de São Paulo, a fim de avaliar o papel da dieta e a exposição aos poluentes atmosféricos durante a gestação. O recrutamento das gestantes foi realizado nas Unidades Básicas de Saúde do Jardim Boa Vista, Jardim São Jorge e Paulo VI, a partir da listagem de exames positivos de gravidez.

Foram realizados procedimentos de ultrassom, tomada de medidas de altura e peso, aplicado Questionário de Frequência Alimentar e recordatórios de 24 horas, medidas de exposição individual à poluição nas gestantes, utilizando-se tubos passivos para medidas de NO₂ e O₃.

A maioria das gestantes não atingiu a recomendação diária de frutas, verduras e legumes. Foi elevado o percentual de ganho de peso excessivo na gestação condizente com a epidemia de obesidade. Em relação à poluição, o NO₂ foi significativamente associado com a diminuição do índice de vascularização da placenta no primeiro trimestre de gestação. O Ozônio interferiu com o crescimento fetal e resistência vascular.

As principais contribuições do estudo apontam para a relevância da promoção de práticas alimentares saudáveis durante o pré-natal e de intervenções com vistas a prevenir e controlar o ganho ponderal excessivo durante a gestação. Por outro lado, verificou-se influência da poluição atmosférica na vascularização placentária e no crescimento fetal.

O projeto apresenta ainda a possibilidade de se fazer o monitoramento individual da exposição à poluentes atmosférica por meio de filtros passivos de NO₂ e Ozônio, mostra a importância da poluição do ar no crescimento fetal, principalmente em centros urbanos como São Paulo, e a necessidade de construir políticas de diminuição de tráfego de veículos. Em relação à assistência ao pré-natal, ressalta a importância da capacitação/conscientização da equipe de saúde e gestante para a promoção de práticas alimentares saudáveis e o controle do ganho ponderal na gestação.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Silvia Regina Dias Medici Saldiva

Equipe: Rossana Pulcineli Francisco (FMUSP), Sandra Elisabete Vieira (FMUSP), Dirce Maria Lobo Marchioni (FSP/USP), Sonia Isoyama Venancio (IS), Regiani Carvalho Oliveira (FMUSP) e Paulo Hilario Nascimento Saldiva (FMUSP)

Grupo e linha de pesquisa: Políticas e Práticas de Saúde – Nutrição e Aleitamento Materno

Financiador: Instituto de Saúde

Planos de amostragem em inquéritos de saúde no município de São Paulo: ISA e Ouvindo Mulheres

Resultados permitem que gestores elaborem análises com especificidades de saúde de cada região, ampliando capacidade de gestão e de tomada de decisões

Informações obtidas a partir de inquéritos domiciliares são cada vez mais usadas na gestão da saúde para monitoramento dos problemas de saúde e do acesso da população aos serviços. No entanto, os gestores da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP) careciam de dados regionais, importantes em se tratando de um município do porte da Capital paulista. Além disso, a obtenção de dados em áreas de difícil acesso, como



as favelas, também se traduzia em um problema importante que limitava a qualidade dos dados.

Nos inquéritos ISA-Capital 2015 e Ouvindo Mulheres, optou-se por considerar as Coordenadorias Regionais de Saúde como áreas independentes de estudo. Para isso, foi aplicada estratégia de sorteio, que possibilitou analisar os dados em cada uma das cinco regiões e fazer comparações entre elas. Com relação às áreas de difícil acesso, aplicou-se a técnica de sorteio de segmentos de domicílios em oito favelas do município de São Paulo. Desse modo, tornou-se mais fácil a identificação de domicílios sorteados e o acesso a eles.

As amostras obtidas nos dois inquéritos geraram estimativas situadas nos patamares previstos de precisão, tanto no nível municipal como regional, indicando ter sido acertada a decisão de estabelecer as Coordenadorias Regionais de Saúde do município de São Paulo como domínios de estudo.

Em termos de resultados práticos, gestores da SMS-SP foram capacitados para realizar análises estatísticas com os dados do ISA-Capital, permitindo abordar temas de seus interesses.

Potencialmente, a avaliação das estratégias de amostragem experimentadas leva à obtenção de amostras mais eficientes em termos de precisão e custo. Permitir que os gestores se apropriem dos dados gerados pelos inquéritos, elaborando suas próprias análises, com as especificidades das questões de saúde percebidas na

sua região, amplia a capacidade de gestão e de tomada de decisões.

Por fim, além da capacitar de gestores do município de São Paulo para analisarem dados regionais por meio de um pacote estatístico, a metodologia vem sendo apresentada no Curso de Verão da Faculdade de Saúde Pública da USP, desde 2016. Essa difusão do conhecimento permite que gestores de outros municípios conheçam o potencial de análise dos inquéritos de saúde para apoiar políticas públicas e se inspirem para desenvolverem seus próprios estudos.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Maria Cecília Goi Porto Alves

Equipe: Maria Mercedes Loureiro Escuder

Grupo e linha de pesquisa: Condições de Vida e Situação de Saúde – Métodos de Amostragem e Inquéritos Epidemiológicos

Parceiros do projeto: SMS São Paulo e Universidade de São Paulo

Financiadores: Instituto de Saúde, SMS São Paulo e FAPESP

Adolescentes e jovens no tráfico: tempos vividos, percepções e expectativas

Pesquisa aponta necessidade da construção de uma rede de proteção à juventude, incluindo serviços de Saúde, Educação, Assistência Social e Justiça



Em 1996, a 49ª Assembleia Mundial da Saúde declarou a violência como importante problema de saúde pública, e convocou a OMS para desenvolver uma tipologia da violência que caracterizasse “os diferentes tipos de violência e os elos que os conectariam”. Assim, essa pesquisa busca compreender os possíveis fatores que permitem a emergência de ocorrências desse tipo de causa externa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a metodologia do interacionismo simbólico na identificação de auto e alter percepções, e por técnicas diversificadas na pesquisa de campo, observação. A identificação da população objeto deste estudo, jovens que estão ou estiveram envolvidos com tráfico de drogas, pede um mapeamento de juventudes por observação não participante, e técnicas de aproximação progressiva, o que nos aproxima da etnometodologia e da história oral.

Durante a pesquisa, pode-se verificar que esses jovens, na maioria negros, apresentaram uma trajetória com várias interrupções, expressando o quão submetidos estão, sob vários aspectos, à desigualdade social. A falta de políticas públicas, a segregação urbana, a educação excludente e seletiva, a assistência social deficitária e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, principalmente a falta de atenção em Saúde Mental para os usuários abusivos de drogas, são fatores para o ingresso desses jovens no tráfico – considerando que muitos entram na atividade ilícita para garantir seu próprio uso dessas substâncias.

A realidade desses jovens aponta para a dificuldade de acesso, em decorrência da estigmatização a que são submetidos. Por isso, durante a pesquisa, foi verificada a importância da formação dos trabalhadores para incorporar tal demanda aos serviços. Outro ponto observado é o quanto as políticas públicas sobre drogas, tanto na perspectiva dos cuidados quanto da repressão, contribuem para a vulnerabilidade desses jovens.

A falta de uma atenção de saúde mental que possa condizer com a realidade da demanda desses jovens os coloca, muitas vezes, em situações que implicam risco, considerando a ilegalidade das drogas e as políticas repressivas.

A relação da saúde e violência possibilita a compreensão e alternativas para a política do SUS a partir das condições que produzem esta realidade. Os dados possibilitaram um olhar crítico às políticas a apontaram para a necessidade da construção de uma rede de proteção à juventude, que inclui serviços de Saúde, Educação, Assistência Social e Justiça, e de coletivos informais dos territórios, possibilitando outro olhar sobre saúde e doença.

Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Marisa Feffermann

Equipe: Marisa Feffermann

Grupo e linha de pesquisa: Condições de Vida e Situação de Saúde – Condições de Vida e Vulnerabilidade

Parceiros do Projeto: FLACSO

Financiadores: Instituto de Saúde e FAPERJ

Uma vida saudável ao envelhecer: corpo, saúde, políticas da vida e cultura do envelhecimento

Cultura do envelhecimento revela as mudanças no tecido social alcançadas por indivíduos, grupos e populações que envelhecem no Brasil

A pesquisa buscou mergulhar em realidades múltiplas a fim de mostrar o quanto as dinâmicas do envelhecer desautorizam visões restritas e massivas sobre os velhos e a velhice. Para tanto, o estudo foi trabalhado em dois planos, micro e macro analítico, sob a lógica sócio-antropológica. Foram examinados os novos modos de envelhecer, caracterizados a partir da entronização do rejuvenescimento, da recuperação dos espaços produtivos, da prática de atividades físicas, do monitoramento médico e da submissão aos tratamentos cosméticos e cirúrgicos capazes de restituir a aparência jovial. As reflexões sobre corpo, saúde e envelhecimento mostraram que a fusão e remodelagem recente desses três aspectos atribuem novos sentidos à lógica de envelhecer.

A pesquisa empírica foi realizada em São Paulo com base em entrevistas em profundidade com oito informantes de classe média (quatro mulheres e quatro homens) entre 61 e 84 anos, com renda e capital cultural similar. Como resultados, diante de uma nova sensibilidade na velhice, evidencia-se a necessidade de uma recodificação do saber e dos processos de envelhecimento.

Segundo os resultados empíricos da pesquisa, a ideia de uma vida saudável descreve experiências que se manifestam em três dimensões: no corpo (práticas corporais, sentidos íntimos e sociais), na experiência cotidiana (com impacto nos espaços de circulação social) e nas demandas por saúde (relação com médicos e medicina).



Dados do Projeto

Pesquisadora responsável:

Monique Borba Cerqueira

Equipe: *Pesquisa realizada em estágio pós-doutoral em ciências sociais (PUC/SP) pelo período de dois anos, excepcionalmente prorrogada pelo Conselho Universitário para finalização em quatro anos.

Grupo e linha de pesquisa: Condições de Vida e Situação de Saúde

Parceiros do projeto: Universidade Estadual de Santa Cruz (BA)

Financiador: Instituto de Saúde

Assim, o projeto expõe a ideia de uma cultura do envelhecimento como ferramenta capaz de mostrar as mudanças no tecido social alcançadas por indivíduos, grupos e populações que envelhecem no Brasil.

Desse modo, esse trabalho contribui na formação de profissionais de saúde, visto que as transformações do envelhecer são amplas e vêm impactando todos os grupos de idade (infância, jovens, adultos e velhos), alterando suas lógicas internas e a representação social das famílias. Refletir sobre essas mudanças de subjetividade ampliaria, portanto, a visão profissional e qualificaria as práticas de saúde no SUS.

O Programa de Pesquisa para o SUS em São Paulo (PPSUS-SP)

O Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS) tem por objetivo a gestão descentralizada de fomento às pesquisas direcionadas para a resolução de problemas de saúde da população e para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A coordenação nacional do programa é realizada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT), que conta com a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, nos estados, das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), para a administração, repasse e prestação de contas dos recursos, além das Secretarias de Estado de Saúde (SES), para o levantamento das prioridades de pesquisa em saúde e atividades que visem a incorporação e disseminação dos resultados das pesquisas financiadas.

O programa teve início no estado de São Paulo em 2004, e a partir de 2006 o Instituto de Saúde tornou-se o representante da SES-SP no comitê gestor do programa, assumindo as tarefas de desenvolver oficinas de prioridades de pesquisa, participar da elaboração e lançamento dos editais e do processo de seleção das pesquisas, em conjunto com os demais parceiros. Além disso, visando incentivar a utilização dos resultados das pesquisas, coube ao IS desenvolver atividades de acompanhamento das pesquisas, por meio dos Seminários Marco Zero e Seminários de Avaliação Parcial e Final das mesmas.

O período 2013-2017

O Instituto de Saúde busca fortemente promover a incorporação efetiva dos resultados das pesquisas contratadas nos serviços e no sistema de saúde. Para tanto, se utiliza de estratégias de tradução do conhecimento e das pesquisas de implementação, duas linhas de pesquisa que vêm crescendo rapidamente na instituição, para promover a reflexão entre as entidades parceiras e entre os pesquisadores do PPSUS e gestores da saúde sobre as possibilidades de incorporação dos resultados das pesquisas.

Neste relatório, estão apresentadas as atividades realizadas entre 2013 e 2017, incluindo duas chamadas de pesquisas, a realização de eventos e seminários, o lançamento de uma revista com as experiências exitosas do programa e o recebimento do Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS.

Projetos e Recursos



Chamadas PPSUS

Em novembro de 2013 foi lançada no Instituto de Saúde a Chamada PPSUS-SP 2013-2014, em um evento com representantes da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CC-TIES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no qual foram apresentados os principais pontos do edital, bem como esclarecidas dúvidas dos pesquisadores presentes.

Foi a primeira chamada a incentivar o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais, integrando ações entre a instituição proponente (universidades e institutos de pesquisa) e instituições do SUS-SP, em âmbito municipal e estadual, exigindo parcerias caracterizadas e qualificadas por meio de anuência formal escrita das instituições. A chamada contemplou cinco grandes eixos e

suas linhas temáticas, considerados prioritários para o fortalecimento do SUS no estado de São Paulo.

Em junho de 2016, também na sede do IS, aconteceu o lançamento da Chamada PPSUS-SP 2016-2018, com esclarecimento dos principais pontos da Chamada e das linhas do edital, no qual foi incluído o tema Zika vírus, que se tornou uma emergência para a saúde pública, comprovando a importância do programa em incorporar temas de alta prioridade de pesquisa.



Oficinas de prioridades de pesquisa

A fim de dar sustentação às chamadas públicas PPSUS-SP, em julho de 2013 e agosto de 2015 foram realizadas oficinas para a Seleção das Prioridades de Pesquisa em Saúde do PPSUS-SP, das quais resultaram propostas de temas e linhas para as chamadas, com participação de gestores da SES-SP, gestores municipais, representantes do Conselho Estadual de Saúde e pesquisadores.

Entre os objetivos, a discussão dos temas e linhas de pesquisa relacionados aos eixos de ação prioritários, definidos previamente pelo Conselho Técnico Administrativo – CTA da SES-SP.

Para a última chamada, realizada em 2016, foram estabelecidas como prioridades: Redução da morbimortalidade por doenças e agravos prioritários no estado de São Paulo, Gestão de Sistemas de Saúde e Tecnologia e Inovação no SUS. Como resultado, foram definidos três eixos, oito linhas e 27 sublinhas de pesquisa.

Marco Zero

A fim de promover, antes do início das pesquisas, a interação entre gestores e pesquisadores, em março de 2014 foi realizado o 1º Marco Zero do PPSUS-SP, com apoio da FAPESP. O evento contou com a participação de 109 profissionais, que discutiram as potencialidades de incorporação dos resultados de 38 dos 41 projetos aprovados na chamada. As discussões permearam as questões técnico-científicas dos trabalhos, mas também estiveram voltadas para os aspectos de interlocução

com a SES-SP, para estreitamento de relação entre pesquisadores e gestores, visando à incorporação dos resultados dos projetos no SUS-SP.

Em outubro de 2014, o IS realizou o segundo Marco Zero PPSUS-SP, para apresentação dos projetos aprovados na chamada de 2013/2014. Assim como no evento anterior, o objetivo foi discutir as potencialidades e aplicabilidades dos projetos, ainda em suas etapas iniciais de desenvolvimento e buscando a aproximação dos gestores da saúde com os pesquisadores.

O evento contou com 104 profissionais e apresentação de 35 dos 36 projetos aprovados, dos quais muitos já incluíam representantes da gestão e dos serviços, com participação de servidores das Secretarias de Saúde dos níveis Municipal e Estadual, desde o planejamento dos projetos, o que em muitos casos foi facilitador no diálogo estabelecido nos grupos de trabalho. Além disso, essa etapa mostrou-se importante para o objetivo de incorporação dos resultados, visto que 75% dos projetos apresentaram potencial de apropriação imediata pelos serviços.

Em maio de 2017, na terceira edição do Marco Zero, foram apresentados 23 projetos aprovados na chamada PPSUS-SP de 2016-2018. Para esse evento, o Instituto de Saúde lançou mão de estratégias de tradução do conhecimento, buscando uma reflexão por parte dos pesquisadores e dos gestores de saúde sobre a necessidade do desenvolvimento de projetos com potencial e objetivo de incorporação de seus resultados no SUS-SP. No evento, as apresentações objetivaram a tradução do conhecimento, apresentando as possibilidades de cada estudo para o sistema de saúde. A utilização de ferramentas de tradução do conhecimento permite aos pesquisadores entender a importância de pesquisas que devolvam seus resultados ao SUS-SP.

A maioria dos projetos teve como propósito a possibilidade de informar/promover mudanças nas políticas de saúde e nas práticas de cuidado. Também identificou o problema/pergunta de pesquisa por meio de demandas ou parcerias com um serviço de saúde, com gestores ou social, e tinha como público alvo pacientes/usuários, profissionais e gestores de saúde. Essa reflexão, já no início das pesquisas, busca promover um ambiente favorável à incorporação dos resultados das mesmas no SUS-SP.

Seminários de avaliação

Em agosto de 2015, no Centro de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde (CEFOR), aconteceu o Seminário de Avaliação Parcial dos projetos aprovados em dois editais do PPSUS-SP (2012-2013 e 2013-2014). No evento foi promovido o encontro de pesquisadores e gestores para apresentação e discussão dos resultados das pesquisas, fortalecendo a aproximação dos pesquisadores que atuam em linhas de pesquisa similares e contribuindo para a continuidade de um canal de diálogo.

Em novembro de 2017, o IS realizou os Seminários de avaliação Final desses projetos, com apresentação e discussão dos resultados das pesquisas. Foram apresentados os resultados de 77 projetos, com a participação de 86 profissionais.

Dez anos do PPSUS-SP

Em novembro de 2016 foi realizado no Instituto de Saúde o Seminário de comemoração dos dez anos do PPSUS-SP. O evento teve como motivação dar destaque e fortalecer as parcerias entre os membros do Comitê Gestor, com a realização de painéis que apresentaram os resultados exitosos de pesquisas que foram contratadas ao longo desse período, expectativas do programa e o lançamento da revista digital “Experiências Exitosas do PPSUS-SP”.

Os parceiros do Comitê Gestor do programa apresentaram um relato do desenvolvimento do PPSUS-SP até aquele momento, e as expectativas futuras. O Instituto de Saúde relatou a importância do programa para o desenvolvimento de pesquisas prioritárias em saúde, especialmente na área da Saúde Coletiva no estado de São Paulo, e a necessidade de aprimorar o processo de incorporação dos resultados das pesquisas nos serviços e no sistema de saúde.

Institucionalmente, também foram abordadas as perspectivas e principais avanços do programa, as possibilidades de discussão de prioridades de pesquisa, o estabelecimento de uma nova cultura de discussão de projetos entre pesquisadores e gestores, a possibilidade de gestores, técnicos e trabalhadores da saúde participarem em projetos de pesquisa e as oportunidades crescentes para gestores demandarem pesquisas.

Como gestor do PPSUS-SP, o IS destacou também os desafios para a continuidade e evolução do programa, como as necessidades de aprimorar o processo de definição de prioridades, do incentivo às parcerias entre a SES-SP e instituições de pesquisa, e de instituir um processo de monitoramento da incorporação dos resultados de pesquisa. Participaram pesquisadores que tiveram seus trabalhos incorporados pelos serviços ou pelo sistema de saúde, para relatarem suas experiências, apresentando, dessa forma, as contribuições dos projetos do PPSUS para o SUS-SP.

Lançamento da revista online Experiências Exitosas do PPSUS-SP

No Seminário também foi lançada a revista online “Experiências Exitosas do PPSUS-SP”, elaborada especialmente para a comemoração, e que trouxe o relato de 22 projetos, sendo seis do edital 2004-2005, sete do edital 2006-2007 e nove do edital 2009-2010. Os projetos foram selecionados de acordo com a sua aplicabilidade nos serviços ou no sistema de saúde. Os autores foram convidados a escrever um texto breve sobre o trabalho e sobre a incorporação de seus resultados.

Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS

O Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS integra um conjunto de ações do Ministério da Saúde (MS), no sentido de implementar as estratégias da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), e acontece desde 2002. O prêmio também visa reconhecer trabalhos técnico-científicos que atendam às necessidades de saúde no âmbito do SUS com potencial de incorporação em sistema e serviços de saúde.

Em 2017, o prêmio incluiu a categoria Experiência Exitosa do PPSUS, ficando o Estado de São Paulo em terceiro lugar com o projeto “Padronização de estratégia molecular custo-efetiva para rastreamento de



fenótipos eritrocitários e plaquetários em doadores de sangue visando à organização de banco de doadores raros no Estado de São Paulo”, da pesquisadora Ester Cerdeira Sabino, contemplado no edital PPSUS-SP 2013/2014. Por essa premiação, a SES-SP, representada pelo Coordenador da CCTIES, Dr Sérgio Swain Muller, recebeu premiação de menção honrosa.

Inovação em Saúde

O Instituto de Saúde tem se dedicado ao fortalecimento de uma cultura de inovação em saúde, em consonância com os movimentos desencadeados pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Secretaria de Estado da Saúde.

Em maio de 2015, o Instituto de Saúde realizou o seminário Avaliação de Tecnologias e Inovação em Saúde no SUS: Desafios e Propostas para a Gestão, no qual se refletiu sobre a necessidade de trabalhar na SES-SP com uma visão abrangente de inovação, que inclui a inovação em serviços e processos, a fim de enfrentar os desafios do SUS. No mesmo ano, com o intuito de ampliar o acesso aos conteúdos discutidos neste seminário, foi lançado o livro Avaliação de Tecnologias e Inovação em Saúde no SUS: Desafios e Propostas para a Gestão.

Cabe também destacar o protagonismo do Instituto de Saúde na elaboração do documento sobre a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da SES-SP. Desde 2014, em apoio à Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde (CC-TIES) e ao Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação da SES-SP, o IS coordenou duas oficinas de trabalho para a construção do documento.

A primeira, em junho de 2015, contou com a participação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação da SES-SP e foi ampliada à participação dos coordenadores dos Núcleos de Inovação Tecnológica dos Institutos de Pesquisa da SES-SP; a segunda, realizada em novembro de 2016, contou com a participação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação da SES-SP, Núcleos de Inovação Tecnológica e envolveu ainda representantes de unidades prestadoras de serviços de saúde, como ambulatórios de especialidades e hospitais. Esse movimento resultou na publicação do documento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, lançado pelo Secretário Estadual da Saúde em junho de 2018.

No bojo das discussões sobre inovação em saúde no estado de São Paulo, o IS identificou, partindo de sua missão institucional e da natureza das atividades desenvolvidas, seu potencial para formular, implementar e difundir inovações no campo social.

Cumprir com os objetivos econômicos e os desafios sociais das próximas décadas exigirá cada vez mais melhorias nos serviços públicos, e a inovação social é fundamental para este processo. A inovação social refere-se ao desenvolvimento de novas ideias para enfrentar problemas ou necessidades sociais, por meio de um produto, serviço, iniciativa, modelo organizacional ou abordagem para a prestação de serviços públicos.

Dessa forma, o Instituto de Saúde busca fortalecer a inovação social no âmbito do SUS a partir da identificação de necessidades ou problemas prioritários, estabelecimento de parcerias, desenvolvimento de metodologias, identificação de experiências locais e seu potencial inovador, além da definição de estratégias para sua implementação em larga escala.



Nesse período, o Instituto de Saúde também participou das atividades do Projeto “São Paulo: Inovação Aberta em Saúde”, que tem como parceiros a Secretaria de Governo, Secretaria da Casa Civil, Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde (CCTIES), Procuradoria Geral do Estado, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Embaixada do Reino Unido, por meio do Foreign & Commonwealth Office, Fundação Vanzolini e representantes da Fundação Instituto de Administração (FIA).

O projeto visou promover, com foco nos Institutos de Pesquisa da SES-SP, a aceleração e a incorporação de resultados de pesquisa científica em produtos e serviços, contribuindo para a melhoria da saúde da população.



Em 2017, o IS representou a CCTIES em uma visita técnica à NESTA, em Londres, para participar do “UK-Brazil roundtable on TB diagnostics” e trazer subsídios ao fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica dos Institutos de Pesquisa, fomentando a inovação tecnológica do Estado de São Paulo.

Políticas de Saúde Informadas por Evidências (PIE)

Em 2005, na 58ª Assembleia Mundial da Saúde, foram lançadas as bases para a mobilização dos países na implementação de estratégias de tradução do conhecimento (no inglês, *knowledge translation*), definida pela Organização Mundial da Saúde como um processo dinâmico e interativo de síntese, disseminação, intercâmbio e aplicação ética do conhecimento para melhoria da saúde de indivíduos e populações por meio da provisão de serviços e produtos efetivos na saúde.

Criou-se, então, a Rede para Políticas Informadas por Evidências (*Evidence-Informed Policy Network*) – EVIPNet, que tem como proposta promover o uso apropriado de evidências científicas no desenvolvimento e implementação das políticas de saúde. Essa iniciativa proporciona o intercâmbio entre gestores, pesquisadores e representantes da sociedade civil, facilitando a formulação e a implantação de políticas, e a gestão dos serviços e sistemas de saúde.

Vários produtos foram desenvolvidos pelo IS desde 2014, incluindo sínteses de evidências, sínteses de diálogos deliberativos, relatórios de oficinas de capacitação, BIS e capítulos de livro. Abaixo, os produtos desenvolvidos pelo NEv-IS até 2017:

No Brasil, a rede é coordenada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (<http://brasil.evip-net.org/>), e desde 2014, o Instituto de Saúde colabora por meio do seu Núcleo de Evidências (NEv-IS), formalmente estabelecido pela Portaria IS - 3, 09/06/2015.

I. Sínteses de evidências para políticas de saúde: São documentos que abordam um problema prioritário de saúde, apresentam opções efetivas para lidar com o problema a partir de revisões sistemáticas, e discutem barreiras para implementação das opções, assim como questões de equidade. Seis sínteses de evidências foram elaboradas, conforme descrito abaixo.

1.1. Três foram desenvolvidas por alunos do Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva (PAP) no âmbito do município de Franco da Rocha: Controle da diabetes mellitus tipo 2 no município de Franco da Rocha: uma síntese de evidências para políticas de saúde (2015); Síntese de evidências para políticas de saúde: reduzindo a mortalidade materna (2015); Reduzindo a prescrição inadequada e desnecessária de antidepressivos em Franco da Rocha/SP: opções para políticas de saúde (2015).

1.2. Uma foi produzida por aluna do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva: Síntese de evidências para políticas de saúde: reduzindo a mortalidade perinatal no município de Porto Feliz, SP (2016).

1.3. Duas sínteses foram desenvolvidas no período abordado neste relatório, com recursos da 1ª Chamada Pública da EVIPNet Brasil: Síntese de evidências para políticas de saúde: melhorando o cuidado de adolescentes com doença falciforme (2016); Síntese de evidências para políticas de saúde: promovendo o desenvolvimento na primeira infância (2016).

2. Diálogos deliberativos: São encontros nos quais participam representantes das partes interessadas em um problema de saúde prioritário. Nesses encontros, os participantes emitem suas opiniões sobre a síntese de evidências, contribuindo para seu aprimoramento e, eventualmente, trazem proposições para um plano de implementação das opções. Das seis sínteses de evidências produzidas pelo Instituto, cinco foram abordadas em diálogos deliberativos.

3. Oficinas para capacitação nas ferramentas SUPPORT: As oficinas, com duração de 16 horas, têm como objetivo sensibilizar os participantes para uma reflexão sobre a utilização das evidências científicas para apoiar a elaboração de políticas e a tomada de decisão, assim como apresentar as características de uma síntese de evidências. Como parte do compromisso com a Rede para Políticas, o Instituto de Saúde realizou 7 oficinas, destinadas a alunos do PAP (3 oficinas), Programa de Mestrado Profissional da Escola de Enfermagem da USP (2), técnicos dos DRS (1), profissionais interessados em desenvolvimento infantil (1).

4. Boletim do Instituto de Saúde (BIS): Em 2016, o BIS volume 17, número 1, foi dedicado ao tema das Políticas de Saúde Informadas por Evidências, tendo como editores convidados Jorge Barreto (Fiocruz Brasília) e Tereza Toma. Uma versão em inglês foi apoiada pela EVIPNet Brasil.



5. Capítulos de livro: As políticas informadas por evidências também foram abordadas em alguns capítulos do livro Avaliação de tecnologias de saúde & políticas informadas por evidências / Organizadores Tereza Setsuko Toma [et al] - São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. 456p. (Temas em Saúde Coletiva, 22).

Avaliação de Tecnologias de Saúde (ATS)

No que tange aos processos de Avaliação de Tecnologias de Saúde (ATS), o Instituto de Saúde, por meio de seu Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS e do Núcleo de Análise e Projetos de Avaliação de Tecnologias de Saúde (NAPATS), tem colaborado com a CCTIES em diversas atividades da área, tanto no fortalecimento e expansão da Rede Paulista de ATS quanto na elaboração de Pareceres Técnico-Científicos e na formação de profissionais.

A ATS é um processo abrangente de avaliação e síntese do conhecimento produzido sobre as implicações da utilização das tecnologias no campo da saúde. Essas tecnologias podem ser compreendidas como medicamentos, equipamentos, procedimentos técnicos, sistemas organizacionais, informacionais, educacionais e de suporte, programas e protocolos assistenciais, por meio dos quais a atenção e os cuidados com a saúde são prestados à população.

A ATS constitui subsídio técnico importante para a tomada de decisão sobre difusão e incorporação de tecnologias de saúde, e seu objetivo é verificar se uma determinada tecnologia é segura, eficaz, eficiente e economicamente vantajosa em comparação a outras opções.

No que tange à avaliação de tecnologias de saúde, as colaborações do IS incluem:

Pareceres técnico-científicos (PTC): São sínteses de evidências sobre segurança e eficácia de tecnologias elaboradas com o propósito de responder a uma demanda da gestão. Desde 2012, foram elaborados doze pareceres sobre medicamentos, sendo três como trabalho de conclusão de curso oferecido pelo Ministério da Saúde e Instituto de Efectividad Clínica, da Argentina – Abatacepte para artrite reumatoide (2012), Insulinas análogas para diabetes mellitus tipo 2 (2012), Teriparatida no tratamento da osteoporose em mulheres na pós-menopausa (2012); seis em resposta a demandas da CCTIES - belimumabe para lúpus eritematoso sistêmico (2015), denosumabe para

osteoporose (2015), enoxaparina para trombose venosa profunda na gravidez (2013), metilfenidato para transtorno do déficit de atenção e hiperatividade em crianças e adolescentes (2013), montelukaste para asma (2014), onco-BCG para câncer de bexiga (2013), palivizumabe para vírus sincicial respiratório (2012); um contemplado em chamada Pública do Ministério da Saúde - abiraterona para câncer de próstata (2014); e um resultante de orientação de trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Farmácia da USP - micofenolato de mofetila para lúpus eritematoso sistêmico (2017).

No Brasil, muitas das ações de ATS são promovidas pela Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS) e, dentro dessa rede, desde 2013, o Instituto de Saúde vem coordenando o Grupo de Trabalho Avaliação de Tecnologias em Serviços de Saúde (<http://rebrats.saude.gov.br/grupos-de-trabalho/28-titulo-do-grupo>).

O IS integra ainda a Rede Paulista de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REPATS) e a Rede Inova São Paulo.

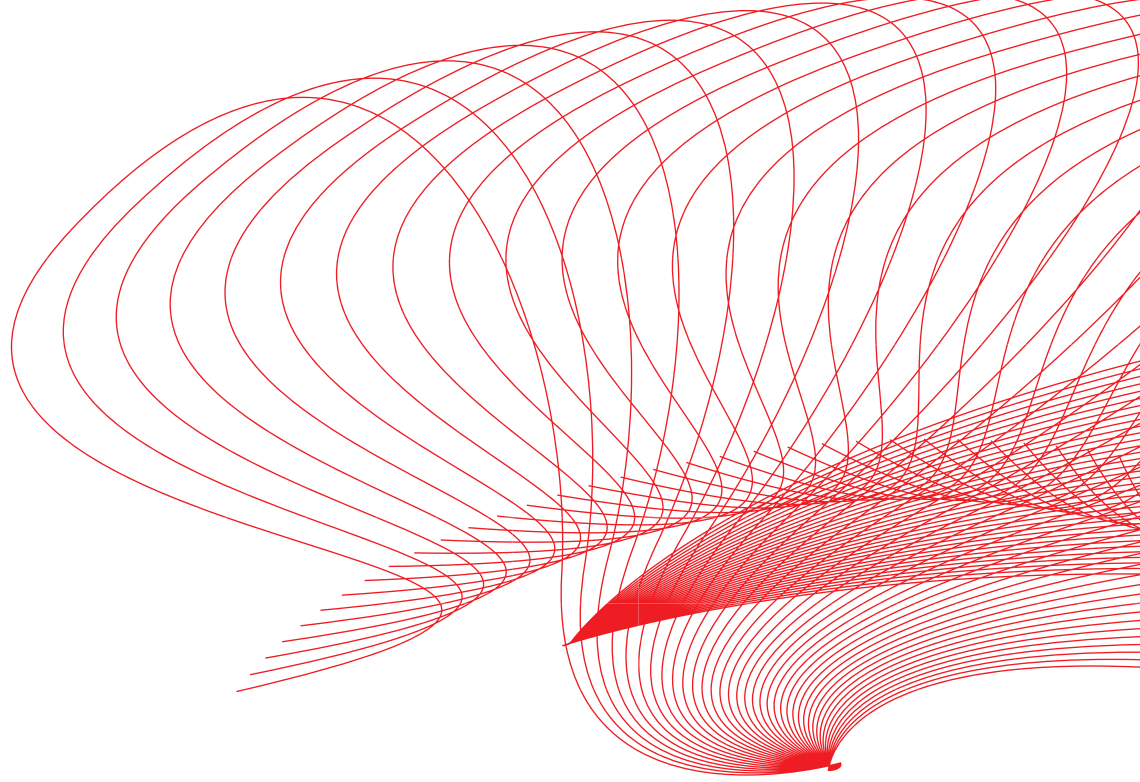
Foi realizado também um parecer sobre diagnóstico e tratamento da anquiloglossia, em 2015, em resposta a demanda da Área Técnica de Saúde da Criança do Ministério da Saúde, subsidiando a elaboração de uma Nota Técnica que orienta a atuação de profissionais de saúde em serviços do SUS.



Revisão de revisões sistemáticas: Filme transparente de poliuretano, placa de hidrocoloide e cobertura de espuma de poliuretano na prevenção e tratamento de lesões por pressão: uma revisão de revisões sistemáticas foi um produto do projeto contemplado na Chamada Universal do CNPq, e realizado em conjunto com equipe do Hospital de Clínicas da UNICAMP (2015-17).

Boletim do Instituto de Saúde (BIS): O volume 14 do BIS, número 2, de maio de 2013, foi dedicado ao tema Avaliação de Tecnologias de Saúde, representando a primeira aproximação da equipe do IS com essa área do conhecimento.

Livros: Dois livros foram publicados pelo IS sobre o tema, sendo o primeiro resultado de um seminário realizado em 2015, que reuniu especialistas de várias instituições – Avaliação de Tecnologias e Inovação em Saúde no SUS: Desafios e Propostas para a Gestão, e outro, que representa uma fase mais madura da equipe, publicado em 2017, e contando com a colaboração de profissionais da Fiocruz Brasília, Ministério da Saúde e Hospital Alemão Oswaldo Cruz em sua organização – Avaliação de Tecnologias de Saúde & Políticas Informadas por Evidências.





FORMAÇÃO

Formação de recursos humanos para o SUS

O Instituto de Saúde considera que a educação pode transformar realidades, e que a partir de experiências prévias as pessoas aprendem que a solidariedade é um valor maior, que permite a concretização de um mundo com mais saúde e justiça.

Com essa intenção, o IS desenvolve atividades pedagógico-educacionais, como o programa de estágios, o CurSUS, o curso de especialização e o mestrado profissional.

O Instituto de Saúde elabora propostas pedagógicas que visam ao aperfeiçoamento dos profissionais, abordando diversos temas da Saúde Coletiva, fundamentados em três vertentes:

- a filosófica, que se refere à finalidade da educação;
- a psicológica, que diz respeito ao entendimento do que vem a ser aprendizagem e
- a sócio-política-cultural, que explicita os valores em nome dos quais se educa e qual projeto social temos em mente.

Distribuição dos cursos de formação realizados entre 2013 e 2017
segundo a origem da instituição de ensino ou serviço dos 1.107 alunos/trabalhadores
por Departamento Regional de Saúde (DRS)



46

Programa de Mestrado Profissional

Um dos pilares da missão do Instituto de Saúde é contribuir para a formação e qualificação dos trabalhadores do SUS por meio de diversas modalidades de cursos. Por isso, vale lembrar que em 2010, após ampla discussão e reflexão do corpo técnico do IS, foi submetida e aprovada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – CAPES/MEC, o programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde (MPSC/IS), tendo como pró-reitoria a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo – CRH/SES-SP.

O programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva foi estruturado em duas áreas de concentração – Gestão e Práticas de Saúde – as quais abrangem os grupos de pesquisa do IS de Políticas e Práticas de Saúde, Serviços e Sistemas de Saúde e Condições de Vida e Situação de Saúde. O público alvo são os trabalhadores de saúde que atuam nas diversas instâncias da gestão e da atenção do SUS-SP, com a oferta de 15 vagas a cada biênio.

O projeto pedagógico foi formulado de modo coletivo pelo conjunto dos pesquisadores do Instituto de Saúde, em interação contínua e a partir das mais diversas experiências acadêmico-profissionais de seu corpo técnico. O objetivo do curso é preparar trabalhadores do SUS para o exercício da prática profissional avançada e transformadora, por meio de reflexão da prática articulada e percurso metodológico próprio, habilitando o profissional a desenvolver e atuar em atividades técnico-científicas e de inovação com foco na gestão, produção e aplicação do conhecimento.

A proposta político-pedagógica está baseada na Pedagogia Crítica, na relação democrática e dialógica entre docentes e alunos e nos pressupostos teóricos da aprendizagem com o objetivo de mobilizar processos significativos de mudanças sob a perspectiva da problematização. Nessa trajetória, o primeiro processo seletivo aconteceu em 2011, quando se candidataram 138 profissionais de saúde, sendo 15 selecionados de vários locais do estado de São Paulo, dos quais 12 completaram o curso, defendendo a dissertação.



Em 2013 foi lançado o segundo edital, com 166 candidatos inscritos e 15 selecionados, dos quais 14 se formaram. No terceiro processo seletivo foram 116 inscritos, e os 15 selecionados completaram sua formação. No quarto processo seletivo, houve 309 inscritos para 15 vagas. Dada à grande procura e a qualidade dos candidatos, foi aprovada pela CAPES uma vaga a mais, e o programa passou a oferecer 16 vagas.

Desde sua implantação, o programa conseguiu credibilidade junto aos profissionais de saúde e gestores do SUS, por meio dos resultados obtidos nas dissertações aprovadas e pela apresentação de trabalhos em congressos, especialmente o Congresso de Secretários Municipais de Saúde, o Congresso da Associação Paulista de Saúde Pública e, mais recentemente, o Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCÃO), entre outros.

Programa de Especialização em Saúde Coletiva/Aprimoramento Profissional

O Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva (PAP) do Instituto de Saúde, em todo o seu período de implementação, teve como objetivo a formação de egressos de cursos das áreas da saúde e afins que pretendem aprofundar seus conhecimentos em Saúde Coletiva e atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), com a proposta de que os alunos possam utilizar a pesquisa para a melhoria das práticas de gestão e cuidado em saúde.

Em 2017, o parecer do Conselho Estadual de Educação nº 382/2017 reconheceu o Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS, da Coordenadoria de Recursos Humanos da SES-SP, como Escola Superior. Nesse parecer, o Instituto de Saúde foi credenciado como uma Unidade Didática desta Escola Superior, juntamente com os Institutos Butantan, Adolfo Lutz e Pasteur. Com isso, o PAP foi certificado como Curso de Especialização em Saúde Coletiva, concretizando, assim, um anseio de longos anos dos profissionais de saúde do Estado.

O objetivo do curso é permitir que profissionais de saúde e áreas afins possam se especializar em Saúde Coletiva, qualificando-os para a prática profissional nas dimensões da gestão ou da atenção à saúde no âmbito do SUS. Os objetivos específicos do curso são:

- fornecer subsídios teóricos e práticos sobre o campo da Saúde Coletiva;
- aprimorar os conhecimentos sobre as políticas de saúde no Brasil e sobre práticas de cuidado em saúde;
- promover a reflexão sobre a relação entre as Ciências Sociais e Saúde Coletiva;
- instrumentalizar os alunos para aplicação do método epidemiológico no âmbito dos serviços de saúde;
- disseminar os conhecimentos sobre a ética em pesquisa, inovação em saúde, Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) e Políticas Informadas por Evidências (PIE) e
- aprimorar os conhecimentos dos alunos sobre o método científico como subsídio para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Anualmente são formados 20 alunos a cada turma, que são contemplados com bolsas de estudo custeadas pela SES-SP.



O projeto pedagógico do Curso de Especialização preservou muitas características da estrutura curricular do PAP, especialmente no tocante aos módulos teóricos e ao trabalho de campo. Com uma carga horária de 1.720 horas, das quais 560 horas são teóricas e 1.160 práticas, o curso está estruturado em três módulos: I - Núcleo Comum; II - Núcleo Específico Teórico e III- Núcleo Específico Prático.

O Núcleo Comum é compartilhado com as demais Unidades Didáticas, sendo composto pelas disciplinas de Políticas Públicas de Saúde, Metodologia de Pesquisa, Inovação e Ética.

Já o Núcleo Específico Teórico é implementado integralmente pelo Instituto de Saúde, sendo oferecidas as disciplinas de Políticas, Planejamento e Gestão do SUS; Práticas de Atenção à Saúde; Epidemiologia; Informação em Saúde; Ciências Sociais e Saúde; Pesquisa Qualitativa; Avaliação de Tecnologias em Saúde; Políticas Informadas por Evidências; Educação em Saúde e Comunicação em Saúde.

Um grande diferencial do Curso de Especialização do IS é a oportunidade que os alunos têm de desenvolver seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) tendo como campo de práticas um Sistema Municipal de Saúde.

Por meio de parcerias entre o IS e Secretarias Municipais de Saúde, os alunos desenvolvem projetos de pesquisa aplicada, sob a orientação de pesquisadores, por demanda de gestores municipais para a resolução de problemas de saúde prioritários. Nos últimos anos, os municípios parceiros foram Embu das Artes, Santos e Franco da Rocha, onde atualmente os alunos estão inseridos em projetos no âmbito do município.

Como produtos da parceria entre o Instituto de Saúde e a SMS de Franco da Rocha podem ser citados um diagnóstico sobre condições de vida e situação de saúde; três documentos de sínteses de evidências para o enfrentamento de problemas prioritários de saúde; a realização de oficinas com profissionais da Atenção Básica sobre trabalhos em grupos educativos, saúde sexual e reprodutiva, manejo do diabetes mellitus e saúde mental; e a elaboração dos Cadernos de Atenção à Saúde Reprodutiva, Pré-natal, Parto e Puerpério e Assistência Farmacêutica, entre outros.

Programa de Aperfeiçoamento Profissional para o SUS - CurSUS

O CurSUS tem como objetivo atualizar os conhecimentos dos profissionais da área da saúde. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela instituição para promover e fortalecer a formação de trabalhadores para o SUS, de modo a capacitar, incentivar e orientar indivíduos comprometidos com a consolidação do SUS no estado de São Paulo, bem como fomentar o desenvolvimento técnico-científico na atenção à saúde da população.

Implantado em 2009, esse programa tem como base oferecer propostas de formação de curta duração, a partir das demandas solicitadas pelos Departamentos Regionais de Saúde (DRS).

A proposta do CurSUS é compartilhar o conhecimento acumulado em linhas de pesquisa e estudos realizados na instituição nos vários campos da realidade de trabalho, desenvolvido por diferentes profissionais da saúde.

Os cursos são ministrados ora nas regionais, ora nos municípios ou na sede do Instituto de Saúde, que constantemente amplia os temas abordados. A seguir, os cursos realizados entre 2013 a 2017, que formaram 1.107 alunos/trabalhadores:



Cursos realizados nos DRS e na sede do Instituto de Saúde de 2013 a 2017

Curso	DRS
Introdutório de Envelhecimento e saúde da pessoa idosa no SUS	Santos
Regulação e Auditoria no SUS	Santos e sede do IS
Estrutura e Organização de Projetos de Intervenção	Santos
A atenção à saúde de adolescentes e jovens: legislação e diretrizes nacionais de saúde	Registro; Bauru, São Carlos e sede do IS
Assistência Farmacêutica no SUS	Registro; Piracicaba; São João da Boa vista; Franca e sede do IS
Iniquidades em Saúde no SUS	Taubaté e sede do IS
Regulação em Saúde no SUS	Piracicaba
Módulo: Desconstruindo mitos sobre tema de álcool e outras drogas	Registro; Franca e sede do IS
Saúde da População Negra no SUS	Barretos; São Paulo (Santo André) e sede do IS
Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes	Franca
Educação Pré e Perinatal	Registro e sede do IS
A Assistência à criança e ao adolescente no Brasil: a construção das políticas públicas e seus valores Codificação de causas de morte – CID 10. Módulos: básico, intermediário e avançado Informação em Saúde Pública Envelhecimento ativo e desenvolvimento de estratégias amigas do idoso Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) para a tomada de decisão no SUS Ética em Pesquisa: Fundamentos, Legislação e Procedimentos Atenção Integral à primeira infância Direitos fundamentais, Direito à Saúde e Ações Judiciais no SUS Privacidade, sigilo e confidencialidade das informações em saúde como direito humano A Saúde Mental no SUS São Paulo: desafios e possibilidades Educação Pré-Natal e Perinatal com Recursos Expressivos Aconselhamento em aleitamento materno	Sede do IS

50

Programa de Formação para a Investigação Científica

Este programa, instituído em 2015, tem propiciado a formação de profissionais para a área de pesquisa, na condição de bolsistas de projetos com financiamento externo à instituição.

Os bolsistas são selecionados mediante editais conforme a necessidade dos projetos de pesquisa, cujos recursos são gerenciados pelo Fundo Especial de Despesa do IS.

Programa de Estágios

O Instituto de Saúde passou a fazer parte do programa de estágio não curricular da SES-SP em 2006, administrativamente gerenciado pela extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).

Atualmente, o Programa de Estágios, instituído por meio do Decreto Estadual nº 52.756, de 27/02/2008, em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional, é destinado aos estudantes matriculados e com frequência efetiva em cursos regulares de instituições de ensino superior públicas ou privadas, recrutados por meio de processo seletivo público, conforme Resolução SGP - 3I, de 30/06/2016.

O Programa da SES-SP tem como objetivos:

- contribuir efetivamente para a inserção do jovem no mundo do trabalho;
- possibilitar o acesso ao estágio a um maior número de estudantes, despertando neles o interesse pelas carreiras públicas;
- propiciar aos estudantes adequada complementação da formação escolar e o desenvolvimento de seus talentos potenciais, favorecendo o futuro exercício das atividades das respectivas profissões e
- promover a participação do setor público no processo de aprimoramento do ensino.

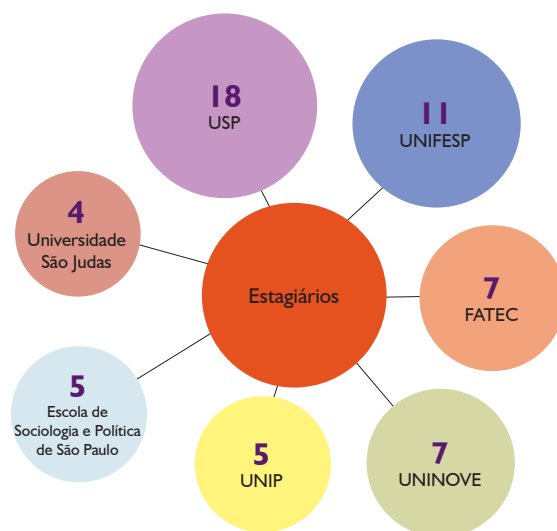
Além dos objetivos citados, o Programa de Estágios do Instituto de Saúde tem por finalidade permitir aos estagiários a vivência e o conhecimento da Saúde Coletiva, área na qual o estagiário também deve ter interesse em pesquisa como pré-requisito.

Os estagiários podem permanecer no Programa de Estágio por até dois anos. Eles são supervisionados por profissionais do IS, em sua maioria com mestrado e doutorado, respeitando sempre a condição de que o supervisor seja da mesma área de graduação do estagiário. As atividades são desenvolvidas em regime de 20 horas semanais, distribuídas em quatro horas diárias.

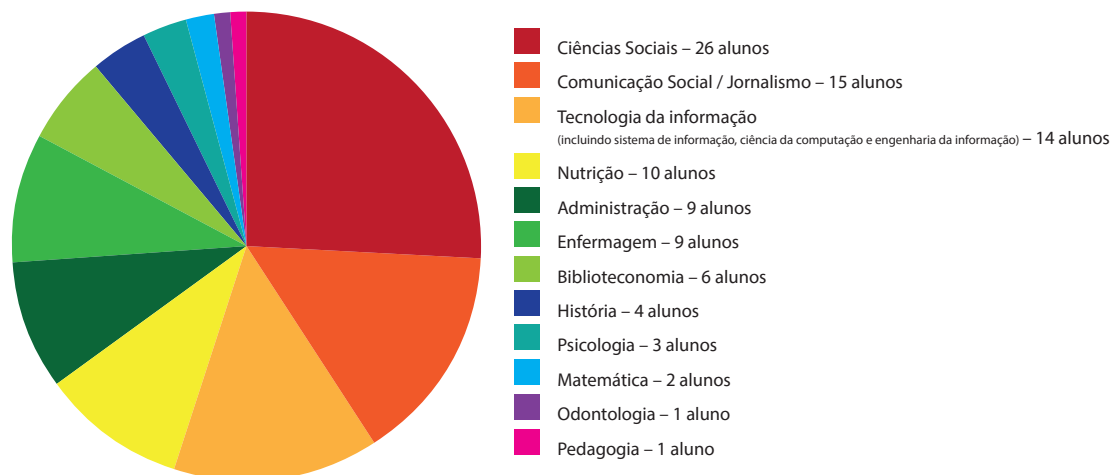


O número de vagas previstas para o IS, inicialmente, era de 25 alunos ao ano, sendo preenchidas pelo Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional a partir da solicitação dos profissionais/supervisores de estágio. Atualmente, a coordenação do Programa de Estágios, no nível central, organiza as vagas de estágio conforme a necessidade de cada instituição, mantendo o número geral de vagas da SES (não mais por instituição).

No período de 2013 a 2017, as áreas de formação universitária nas quais atuaram os estagiários foram as de Ciências Sociais, Comunicação, Enfermagem, Matemática, Nutrição, História, Estatística, Odontologia, Biblioteconomia, Administração de Empresas, Informática, Pedagogia e Psicologia. Nesse período, o IS recebeu o total de 100 estagiários. Os dados abaixo destacados ajudam a compreender o significado do programa no Instituto. As faculdades que originaram o maior número de alunos foram:



Outras instituições tiveram menos de 4 representantes no programa durante o período. No IS, os alunos que fizeram estágio foram oriundos dos seguintes cursos:



Desse modo, o IS vem contribuindo para a formação de graduandos em relação ao conhecimento do SUS, abrindo-lhes possibilidades de experiências relevantes na área da Saúde Coletiva.

DIFUSÃO

Difusão Técnico-Científica e Linha Editorial

A fim de cumprir sua missão de difusão do conhecimento produzido a partir de suas pesquisas, o Instituto de Saúde trabalha com diversas estratégias de comunicação, destacando a publicação do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), uma revista técnico-científica semestral, e a série de livros “Temas em Saúde Coletiva”, com dois números anuais.

Além dessas publicações, o Instituto de Saúde atualiza diariamente seu web site, trazendo resultados de pesquisas desenvolvidas, eventos promovidos pela instituição e repercutindo debates importantes na área da Saúde Coletiva. Em 2017, o web site do IS recebeu, em média, 2.900 visualizações de página semanalmente.

Entre as redes sociais, as publicações alcançaram dez mil pessoas em média, com cerca de 2.400 “curtidas”, e contou com mais de 2.400 seguidores (Facebook), além de mais de 4.600 amigos no perfil da instituição na rede social. Nas demais redes sociais, destacam-se cerca de 1.400 seguidores no Twitter, além de mais de mil inscritos no canal do IS na plataforma de vídeos Youtube.



Nos últimos anos, a instituição tem realizado eventos de divulgação científica como exposições e sessões de cinema (Cine IS), no auditório Walter Leser, tanto para o público interno como externo.

Em parceria com a International Baby Food Action Network (IBFAN Brasil) o IS realizou, em novembro de 2013, a “Mostra de Banners e Vídeos sobre a Semana Mundial de Aleitamento Materno 2013 do Estado de São Paulo” com o objetivo de conhecer, divulgar e valorizar as ações realizadas pelos trabalhadores da saúde, instituições e sociedade civil durante a Semana Mundial de Aleitamento Materno 2013 (SMAM 2013) ocorrida em outubro do mesmo ano. O evento contou ainda com a participação do Coral Materna em Canto, formado por um grupo de mães que cantam para seus bebês dentro e fora da barriga, no sling e no palco, desde 2008, sob orientação da fundadora, Isadora Canto.



Em 2014, funcionários do Instituto de Saúde foram convidados a produzir fotografias durante o trajeto de sua casa para o trabalho, considerando a temática da situação de saúde da população e o papel da saúde coletiva, segundo a visão pessoal de cada um. O objetivo do trabalho foi o de refletir sobre a missão do IS, além de proporcionar um maior contato institucional entre os funcionários a partir de questões ligadas ao seu contexto. O projeto reuniu 40 fotografias de oito fotógrafos, que deram origem à exposição “Situação Saúde - a visão dos profissionais do Instituto de Saúde”, que permaneceu aberta para visita pública durante um mês.

Em 2017, o Instituto de Saúde inovou no tocante à difusão do conhecimento técnico-científico voltado para a população, por meio de sessões de cinema na própria instituição. A temática dos

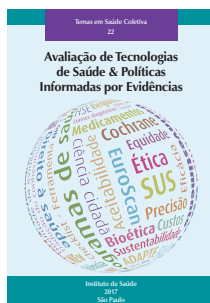
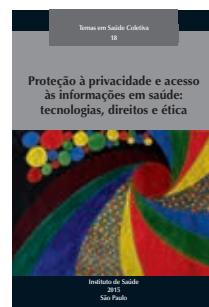
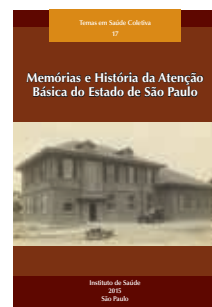
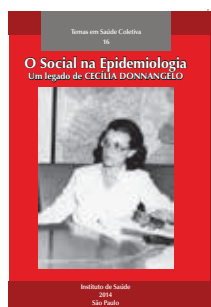
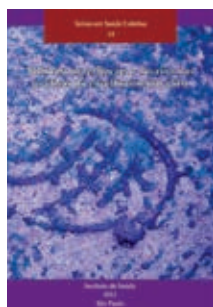
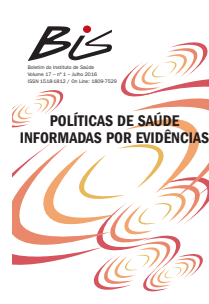
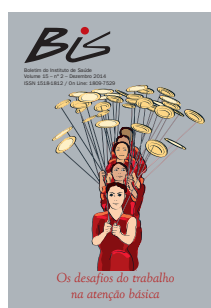
filmes tratou de assuntos polêmicos que perpassam a saúde coletiva, como racismo e violência contra a população negra, violência contra mulher, violência obstétrica, amamentação, primeira infância e desenvolvimento integral infantil.

Finalmente, vale destacar o apoio aos pesquisadores no desenvolvimento de estratégias de divulgação dos resultados dos projetos, visando a sua incorporação pelos gestores de saúde, trabalhadores e sociedade em geral.



Publicações

Nos últimos anos, o IS publicou dez números do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), sendo três deles edições especiais, em parceria com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (COSEMS/SP). Essas edições especiais fazem a divulgação de projetos e programas de saúde municipais, desenvolvidos por trabalhadores e gestores, premiados nos congressos anuais do COSEMS/SP. Dentro da série de livros “Temas em Saúde Coletiva”, o IS publicou dez volumes entre 2013 e 2017:



Biblioteca

Integrando o Centro de Apoio Técnico-Científico, o Instituto de Saúde mantém uma Biblioteca com um acervo composto por 6.849 títulos e 612 títulos de periódicos. Em suas dependências, a Biblioteca do IS tem capacidade para atender tanto o público interno quanto externo, oferecendo estrutura para consultas *in loco*, com mesas para o atendimento de consultantes, além de empréstimos de publicações e permuta de títulos. Além da aquisição de novos títulos, nos últimos anos a Biblioteca passou a contar também com higienização do acervo e sistema eletrônico de segurança.



Especializado em Saúde Coletiva, o acervo é constituído por teses, monografias, separatas de artigos científicos de revistas nacionais e internacionais de interesse dos pesquisadores da instituição. Além desse material, o acervo conta com documentos sobre legislação, políticas públicas, organização e administração dos serviços de saúde, de instituições nacionais como Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, e de instituições internacionais, como Organização Pan Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, UNICEF e FAO.

Esses documentos são um dos diferenciais da Biblioteca do IS, pois são incomuns em outras bibliotecas e, por isso mesmo, sempre muito solicitados. Há ainda relatórios de pesquisas realizadas por pesquisadores do IS e de outras instituições, e material educativo em formatos de vídeo, CD-ROM, DVD, cartazes e folders, sobre aleitamento materno, saúde infantil e educação em saúde, que auxiliam o profissional de saúde em seu trabalho nas comunidades.

O acervo de periódicos da Biblioteca é constituído por doações e permutas com publicações do IS, como o Boletim do Instituto de Saúde (BIS) e livros da Coleção Temas em Saúde Coletiva. Por meio desse recurso, o Instituto mantém algumas coleções de periódicos conceituados na área de Saúde Coletiva, como Revista de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, Cadernos de Saúde Pública da Fundação Carlos Chagas, Saúde em Debate, publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), e Ciência & Saúde Coletiva, publicada pela ABRASCO.

Todo o acervo está informatizado, incluindo monografias e periódicos, e disponível pela internet aos usuários, o que permite fazer levantamentos bibliográficos nas bases de dados mais importantes na área da saúde. O acervo da produção dos pesquisadores do Instituto de Saúde está disponível na Rede de Informação e Conhecimento (RIC), projeto da SES-SP e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

A Biblioteca também utiliza o Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT), garantindo o acesso a qualquer cidadão que tenha interesse em consultar esse material. Em parceria com a BIREME, o IS está ampliando esse serviço, implantando a migração das suas Bases de Dados de Monografias para a Rede de Informação, o que vai garantir, num futuro bem próximo, ampliar a visibilidade e o acesso ao acervo.



GOVERNANÇA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Força de trabalho

Apesar de o Instituto de Saúde ter mantido estável o quadro de funcionários, faz-se necessário ampliar esse quadro, especialmente de pesquisadores. Para isso, foi realizado concurso público e estão sendo chamados novos pesquisadores. Assim, ao mesmo tempo em que novos pesquisadores ajudam a suprir às demandas por pesquisas para o SUS, atende-se às atribuições do Decreto de reestruturação, para o que vários esforços estão sendo empreendidos.

O quadro abaixo mostra a evolução quantitativa de profissionais atuantes no IS, entre 2013 e 2017, de acordo com a área de atuação:

Profissionais do Instituto de Saúde entre 2013 e 2017
(De acordo com a área de atuação)

Atuação	2013	2014	2015	2016	2017
Em Atividade Técnica	50	49	48	45	48
Em Atividade Administrativa	44	43	43	41	45
Total	94	92	91	86	93

Dos profissionais que atuam na área técnica, figuram abaixo, no mesmo período, aqueles na carreira de Pesquisador Científico (PqC):

Pesquisadores Científicos de carreira, segundo o nível, do Instituto de Saúde entre os anos de 2013 e 2017 - Lei Complementar nº 125/1975

Carreira	2013	2014	2015	2016	2017
PqC I	0	0	0	0	5
PqC II	1	1	0	0	0
PqC III	6	2	2	1	1
PqC IV	3	6	5	5	2
PqC V	9	7	5	4	4
PqC VI	8	10	12	14	15
Total	27	26	24	24	27

Gerenciamento e atividades administrativas

Desde o início da atual gestão das Diretorias Técnica e Administrativa do Instituto de Saúde, diversas ações vêm sendo tomadas para garantir os recursos necessários às atividades desenvolvidas na unidade, visando ao cumprimento da missão institucional.

Desse modo, o Centro de Gerenciamento Administrativo (CGA) manteve e mantém empenho para que a área física do edifício onde o Instituto está instalado esteja não somente em boas condições de uso, como também seja um ambiente seguro, asseado, organizado, funcional e confortável para os funcionários, alunos, estagiários, visitantes e público externo que frequentam a Instituição.

No período de 2013 a 2017, uma série de adequações físicas internas foi realizada no prédio do Instituto, visando ao ajustamento dos espaços para melhor atender às necessidades, bem como para o desenvolvimento de todas as atividades pertinentes à missão proposta:

- Apoio e investimentos em capacitação e aprimoramento da força de trabalho administrativa: participação em cursos, congressos, seminários entre outros eventos técnicos. Como destaque de 2017, no 3º Encontro Anual de Gestão de Pessoas, o Instituto de Saúde recebeu prêmio de 1º lugar entre as unidades da Pasta por ter o maior número de funcionários inscritos em cursos, na modalidade à distância, oferecidos pela Coordenação de Recursos Humanos;
- Investimentos para a Biblioteca: manutenção e ampliação do acervo;



- Modernização da infra-estrutura: auditório “Walter Leser”, salas de aula, sala de webconferência, mobiliário, rede elétrica e rede hidráulica, conservação da fachada, segurança, entre outros, e
- Reestruturação da rede de dados: melhoria do desempenho da comunicação dos computadores da unidade, bem como



adequação da infraestrutura para aplicações de sistemas de informática e demais serviços de rede, em conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação.

Execução orçamentária e financeira

Diante do atual cenário econômico do Brasil, e especificamente do estado de São Paulo, foram estabelecidas leis que limitam as despesas e dispõem sobre medidas de restrição orçamentária no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações vinculadas à SES-SP.

Importante citar que nos exercícios de 2014 a 2016 houve a transição de subordinação do Instituto de Saúde do Gabinete do Secretário para a CCTIES, que se estendeu por longo prazo, por razões alheias ao controle do IS.

Execução orçamentária e financeira entre os anos de 2013 e 2017

Ano	Previsto	Concedido	Executado
2013	1.622.879,96	1.622.879,96	1.610.315,03
2014	1.754.889,61	1.357.340,78	1.356.795,08
2015	1.625.645,30	1.178.579,04	1.107.396,43
2016	1.552.458,29	1.403.291,29	1.212.154,48
2017	1.859.175,91	1.303.372,11	1.203.444,30

Em decorrência das medidas adotadas pelo gestor financeiro da pasta (SES-SP), com a finalidade de atender às legislações vigentes, as quais reduzem o gasto/investimento público e, por consequência, reduzem também a autonomia da instituição em executar suas atividades, o Instituto de Saúde, durante o período de 2013 a 2017, adequou-se aos impactos das mudanças de subordinação e restrições determinadas pela gestão, conforme é possível observar no gráfico da série histórica da execução orçamentária/financeira do período em questão.

Estrutura tecnológica

No que diz respeito à reestruturação, ampliação e manutenção da estrutura tecnológica para a comunicação institucional, muitas mudanças ocorreram no período entre 2013 e 2017. Entre as mudanças, está a interligação entre o Sistema de Gerenciamento de Projetos (SISGP) e o Sistema de Agenda Compartilhada (SISAC), promovida pela Diretoria do IS por meio do Núcleo de Tecnologia da Informação.

Essa alteração passou a unificar a agenda das atividades cadastradas no SISGP com o SISAC, evitando, assim, a duplicidade de eventos em uma mesma data, horário ou local.

Nesse período foi implantado, ainda, o Sistema de Controle de Entrada e Saída (SISCES), com a finalidade de monitorar a entrada e saída nas dependências do IS. O SISCES oferece possibilidade de registrar imagens do visitante, e salvar em arquivos, internamente sem a manipulação do usuário, as datas e horários, tanto de entrada quanto de saída, de todos os visitantes na instituição.

Também foi possível atualizar o parque de máquinas do IS, de forma que todos os funcionários passassem a trabalhar com computadores com configuração mínima de 4GB de memória, HD de 500, e com software Original (Windows 10/pacote Office/Antivírus). No período, também foi montado o Laboratório de Informática do IS, com 17 computadores.

As modificações incluíram a migração da rede anteriormente utilizada (Windows Server 2003) para uma rede com mais espaço (Windows Server 8), o que foi feito sem intercorrências. Com isso, a rede de dados do Instituto de Saúde foi totalmente reestruturada e certificada, passando a rodar em condições melhores (10/100/1000), num ambiente totalmente refrigerado, o que elevou seu desempenho em 200%.

Para dar suporte aos pesquisadores, também foi liberado o acesso ao “Portal Capes”, que possibilita pesquisa em diversas bases de dados científicas nacionais e internacionais.



Por fim, houve a implantação da Sala de Web Conferência com Linha Dedicada, o aumento da Banda de Internet para 34MB, além do fortalecimento da parceria com o Grupo de Informática e Saúde da SES-SP, Centro de Gerenciamento de Dados da CRH e Prodesp.

Um Olhar para o Futuro

Pensar no futuro implica refletir sobre as vivências e os aprendizados que tivemos ao longo dos anos. Como sempre, o Instituto de Saúde busca aprimorar seu desempenho e ampliar suas possibilidades de contribuição, pois os desafios para o fortalecimento do Sistema de Saúde público, universal, integral, equânime e participativo, bem como do setor de C&T no Brasil, são inúmeros.

Algumas questões são fundamentais neste momento para a Instituição. Em relação à produção do conhecimento, o fortalecimento da área de inovação se impõe. Por isso, desde a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IS, estamos avançando para o aprofundamento teórico sobre as inovações sociais, e o papel que o Instituto poderia desempenhar neste campo.

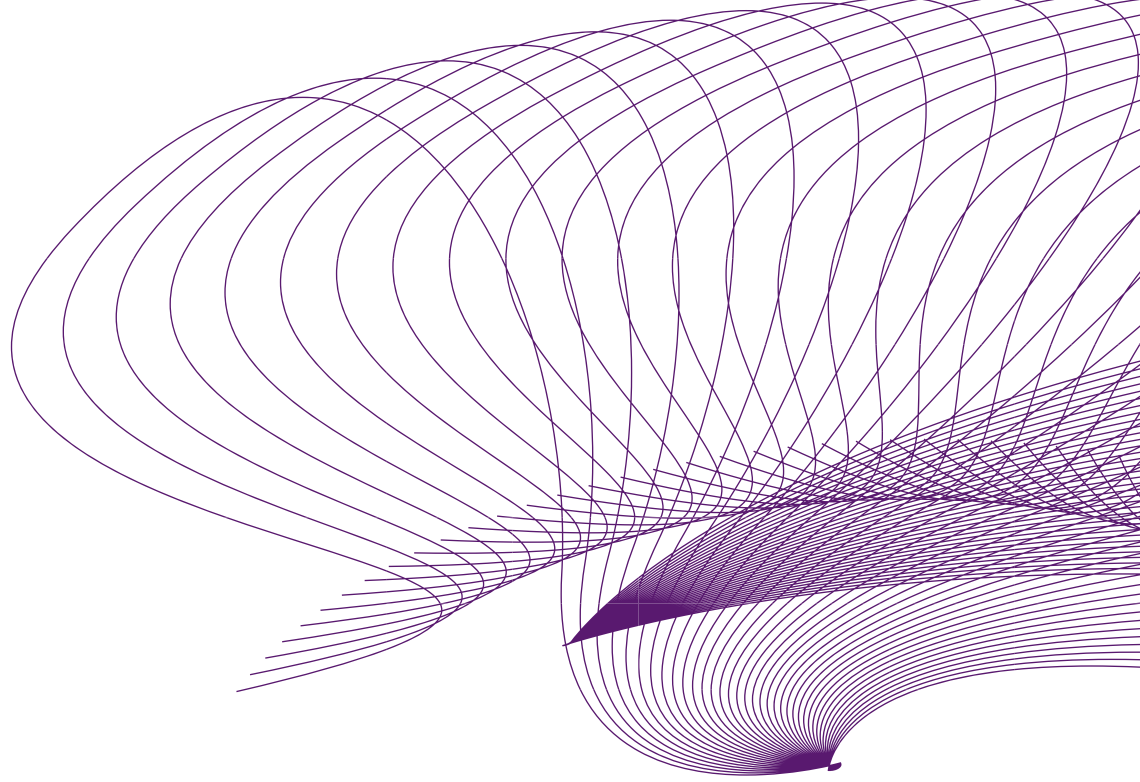
Entendemos que é necessário promover mudanças no processo de construção do conhecimento, alinhando ainda mais nossa produção às necessidades dos gestores, trabalhadores e usuários do SUS. Isso passa pela definição de uma agenda de prioridades de pesquisa junto aos nossos interlocutores do sistema de saúde e pela constituição de equipes multidisciplinares para dar conta da complexidade dos problemas, rompendo estruturas administrativas e fortalecendo articulações internas.

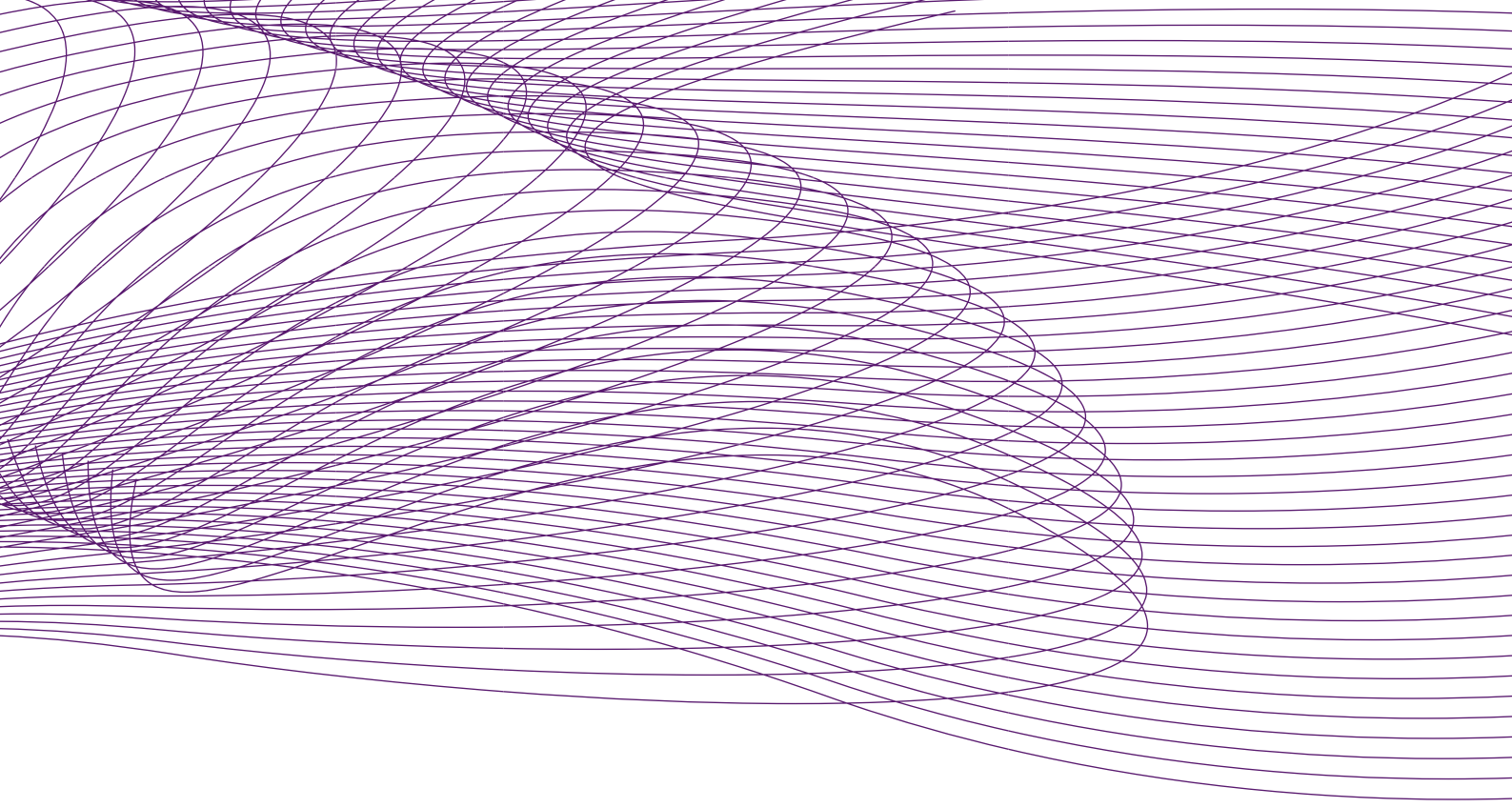
Faz-se necessário, ainda, focar na implementação das políticas, identificando barreiras e facilitadores dos processos de incorporação das evidências científicas, e nos mecanismos para adaptá-los aos contextos locais, bem como estabelecendo estratégias para monitoramento e avaliação da implementação.

Também é de extrema importância estabelecer mecanismos para o monitoramento das mudanças decorrentes dos nossos processos de formação dos trabalhadores de saúde e as possibilidades concretas de incorporação dos resultados dos projetos de mestrado e especialização.

Frente a tantos desafios, à complexidade dos problemas de saúde e mudanças na sociedade como um todo, acreditamos que fortalecer uma instituição com o perfil do IS torna-se ainda mais relevante.

Por isso, seguimos trabalhando para o fortalecimento do Instituto de Saúde, estabelecendo parcerias e um trabalho em rede, que consolide cada vez mais seu papel na sociedade por meio de resultados concretos que promovam melhorias na saúde e na qualidade de vida da população.





Agradecimentos

Este relatório é produto de um amplo processo de construção coletiva, que envolveu os pesquisadores, coordenadores de Núcleos e Centros, além das equipes dos Núcleos de Tecnologia da Informação, Comunicação e Administração.

O registro, sistematização e reflexão sobre a nossa produção possibilita avaliar o alcance dos objetivos institucionais e buscar caminhos para o aprimoramento do nosso trabalho.

Agradecemos a todos os que se dedicaram à elaboração deste relatório, em especial os membros do Grupo que conduziu os trabalhos, composto por Luís Eduardo Batista, Lígia Duarte, Monique Cerqueira, Sonia Isoyama Venancio e a colaboração de Sílvia Regina Dias Médici Saldiva, Maria Mercedes Loureiro Escuder, Nelson Francisco Brandão, Márcio Derbli e Samuel Antenor.

A Direção

editoração, impressão e acabamento

imprensa**o**ficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Saúde